

EDILENE XAVIER ROCHA GARCIA

**POTENCIALIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL
NA COMUNIDADE ESPÍRITA AMOR E CARIDADE E NOS
POSTOS DE ASSISTÊNCIA CENTRO ESPÍRITA
FRANCISCO THIESEN E ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA ANÁLIA
FRANCO: SUBSÍDIOS PARA A POLÍTICA PÚBLICA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CONTEXTO LOCAL**

BOLSISTA CAPES

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
CENTRO DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE-MS
2007**

EDILENE XAVIER ROCHA GARCIA

**POTENCIALIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL
NA COMUNIDADE ESPÍRITA AMOR E CARIDADE E NOS
POSTOS DE ASSISTÊNCIA CENTRO ESPÍRITA
FRANCISCO THIESEN E ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA ANÁLIA
FRANCO: SUBSÍDIOS PARA A POLÍTICA PÚBLICA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CONTEXTO LOCAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local, orientada pela Profª Drª Maria Augusta de Castilho.

BOLSISTA CAPES

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
CENTRO DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE-MS
2007**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: Potencialidades para o Desenvolvimento Local na Comunidade Espírita Amor e Caridade e nos Postos de Assistência Centro Espírita Francisco Thiesen e Associação Espírita Anália Franco: subsídios para a Política Pública de Assistência Social no contexto local

Área de concentração: Desenvolvimento Local em contexto de territorialidades

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento Local em dimensões sócio-comunitárias com atenção em comunidades tradicionais.

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Conselho do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local.

Dissertação aprovada em: 13/12/2007

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Maria Augusta de Castilho - orientadora
Universidade Católica Dom Bosco

Prof Drª Sandra Duarte de Souza
Universidade Metodista de São Paulo

Profª Drª Arlinda Cantero Dorsa
Universidade Católica Dom Bosco

Prof Dr Josemar de Campos Maciel
Universidade Católica Dom Bosco

Dedico o presente estudo àqueles que me deram a vida e me ensinaram a vivê-la, meus mestres: Papai Ozeias e Mamãe Edy!

Ao meu marido Aurélio, pois para conquistar algo na vida, não basta ter talento, não basta ter força, é preciso também viver um grande amor...

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me concedeu a realização deste sonho e com infinita bondade e misericórdia providenciou um anjo para me conduzir neste caminho, minha orientadora Dr^a Maria Augusta de Castilho.

Ao Corpo Docente desta Casa pelo profissionalismo e dedicação.

A esta Banca Examinadora, pelas incomparáveis considerações que enriqueceram esta pesquisa.

À assistente social, Dr^a Regina Stela Andreoli de Almeida, por sua ímpar contribuição na fase inicial deste projeto.

Ao professor, Dr. Aparecido Francisco dos Reis, meu respeito e admiração!

Aos trabalhadores e amigos das Comunidades Espíritas Amor e Caridade, Francisco Thiesen e Anália Franco, por me receberem tão bem em suas Casas de Oração; pelo tão prestimoso serviço prestado à sociedade campo-grandense; por seus exemplos cristãos.

À vovó Jair Botão Xavier (*in memoriam*) meu amor eterno!

Ao meu amado irmão Ozeias Rocha Junior, pelas muitas horas em que partilhou comigo, com carinho e dedicação, sua experiência teológica.

A Ana Lucia Bernal Chimenes, “minha fiel escudeira”, por cuidar tão bem de mim e de minha família.

A Patrícia Borges Tenório Noleto, peça fundamental na construção deste trabalho!

À Coordenadoria de Apoio à Gestão da Política de Assistência Social em Mato Grosso do Sul:

Queridas amigas, jamais realizaria este sonho sem o incentivo, carinho e paciência a mim dispensados. Somente Deus poderá retribuí-las! Partilho com vocês minha vitória, minha alegria e gratidão. Muito mais que colegas de trabalho, vocês são minha família!

A você, Taciana Afonso Silvestrini Arantes, meu reconhecimento e gratidão!

Não há fé inabalável senão aquela que
pode encarar a razão face a face, em
todas as épocas da Humanidade.

- Allan Kardec, 1857 -

RESUMO

A presente dissertação traz o diálogo entre Desenvolvimento Local, Política Pública de Assistência Social e Religião. Desenvolvimento Local é um tipo de desenvolvimento que prioriza, respeita e aproveita peculiaridades das comunidades. Cultura é essência da existência humana, expressa o estilo de vida dos grupos sociais. Religião, um traço humanamente universal que sintetiza o caráter de um povo, capaz de fortalecer e empoderar coletividades. Assistência Social salta de benesse para Política Pública, com aporte legal na Constituição Federal de 1988, posteriormente regulamentada por Leis e Políticas afins. Com o passar do tempo, percebe-se a necessidade de territorializar suas ações, considerando a cultura local. Os objetivos deste trabalho são: enfatizar a dimensão religiosa na análise cultural do território; observar como se dá a interação cotidiana entre o político e o religioso; verificar se os elementos religiosos, identificados no território estudado, são facilitadores ou dificultadores na territorialização das ações da Assistência Social. Este estudo tem por finalidade subsidiar o exercício da Política Pública de Assistência Social por território, delimitando a cultura religiosa como potencialidade do lugar. Os resultados demonstraram que as comunidades religiosas pesquisadas configuram espaços facilitadores de diálogo entre a comunidade e a Política Pública de Assistência Social e que a cultura religiosa fomenta o empoderamento individual e coletivo. Os dados aqui levantados apontam para a possibilidade de efetivação do Desenvolvimento Local.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Local, Cultura, Religião e Política Pública de Assistência Social.

ABSTRACT

This thesis shows a dialogue involving the Local Development, Government Policies of Social Work and Religion. Local Development is a kind of development which prioritizes, respects and uses the peculiarities of a community. Culture in this work is considered the essence of the human existence, it expresses the life style of a social group, whereas Religion is taken here as a humanely universal feature that gathers the peoples' character, being able to strengthen and empower the communities. Social Work went from assistance to a government policy, with the 1988 Federal Constitution, regulated by laws and policies, which brought forwards the necessity of understanding their actions considering the local culture. Therefore, this work objectives are: to emphasize the religious dimension to the cultural analysis of the territory, observing how the daily interaction between the policy and the religious is taken, to verify if the religious elements, identified in the territory analyzed, facilitate or bring difficulties to the territorialisation of the Social Work actions. This study aims to grant the territorial Government Policies of the Social Work, delimiting the religious culture as local potentialities. The results showed that the religious communities researched facilitate the dialogue between the community and the Government Policies of the Social Work and that the religious culture encourage the individual and collective empowerment. The collected data pointed out the possibility of an effective local development.

Key-words: Local Development; Culture; Religion; Government Policy of the Social Work.

LISTA DE MAPAS E FIGURAS

Mapa 1 - Regiões de Campo Grande – MS	49
Mapa 2 - Bairro Santo Antonio - Comunidade Espírita Amor e Caridade – CEAC	51
Mapa 3 - Jardim das Hortências III - Centro Espírita Francisco Thiesen	61
Mapa 4 - Jardim Morada do Sol - Associação Espírita Anália Franco	68
Figura 1 - Placa de Identificação da Comunidade Espírita Amor e Caridade	51
Figura 2 - CEAC - Vista de frente	56
Figura 3 Reunião Introdutória às Atividades do Sábado	56
Figura 4 - Evangelização Infantil	57
Figura 5 - Reunião introdutória à Campanha de Fraternidade Auta de Souza	58
Figura 6 – Lanche	58
Figura 7 - Campanha Auta de Souza realizada pelas crianças	60
Figura 8 – Centro Espírita Francisco Thiesen/Fundos Árvore simbolizando onde tudo começou	61
Figura 9 – Centro Espírita Francisco Thiesen/Fundos	63
Figura 10 – Centro Espírita Francisco Thiesen/Fundos	63
Figura 11 – Centro Espírita Francisco Thiesen/ Parque infantil	64
Figura 12 – Centro Espírita Francisco Thiesen/ Atividade lúdica	65
Figura 13 – Sala de aula decorada com personagens espíritas	65
Figura 14 – Sala de aula decorada com valores espíritas	66

Figura 15 - Presidente do Centro Espírita Francisco Thiesen e membros	67
Figura16 – Associação Espírita Anália Franco Palestra com jovens	68
Figura 17 – Associação Espírita Anália Franco Convênio com Fundação Banco do Brasil	69
Figura 18 – Associação Espírita Anália Franco - Reunião com Famílias	70
Figura 19 – Associação Espírita Anália Franco – Centro de Educação Infantil	70
Figura 20 – Associação Espírita Anália Franco - Artesanato	71
Figura 21 – Associação Espírita Anália Franco - Oficina profissionalizante	71

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
1 A POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL CONTEXTUALIZANDO ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL	7
1.1 AÇÕES DO PODER PÚBLICO	16
1.2 ASPECTOS CONSTITUTIVOS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL	19
2 A COMUNIDADE ESPÍRITA AMOR E CARIDADE – CEAC EM CAMPO GRANDE – MATO GROSSO DO SUL	41
2.1 UM OLHAR SOBRE A DOCTRINA ESPÍRITA	42
2.2 SOTERIOLOGIA ESPÍRITA	46
2.3 CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE ESPÍRITA AMOR E CARIDADE E DOS POSTOS DE ASSISTÊNCIA CENTRO ESPÍRITA FRANCISCO THIESEN E ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA ANÁLIA FRANCO	49
2. 3. 1 Comunidade Espírita Amor e Caridade	50
2. 3.2 Posto de Assistência: Centro Espírita Francisco Thiesen	60
2.3.3 Posto de Assistência: Associação Espírita Anália Franco	67

**3 POTENCIALIDADES DO DESENVOLVIMENTO LOCAL NA
COMUNIDADE ESPÍRITA AMOR E CARIDADE – CEAC E NOS POSTOS
DE ASSISTÊNCIA CENTRO ESPÍRITA FRANCISCO THIESEN
E ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA ANÁLIA FRANCO 73**

3.1 METODOLOGIA UTILIZADA NO TRABALHO DE CAMPO 74

3.2 O CENTRO ESPÍRITA E O DESENVOLVIMENTO LOCAL 76

CONSIDERAÇÕES FINAIS 90

REFERÊNCIAS 93

APÊNDICE

- Roteiro para entrevista com membros do CEAC - A
- Roteiro para entrevista com líderes do CEAC - B
- Roteiro para entrevista com líder do Centro Espírita Francisco Thiesen - C
- Roteiro para entrevista com líder da Associação Espírita Anália Franco -D

INTRODUÇÃO

A presente dissertação insere-se na proposta do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local, cujo objetivo é produzir conhecimento quanto à determinação de fatores endógenos no constructo social de uma comunidade, que, nesse caso, é a análise de uma comunidade espírita.

Este trabalho propõe investigar a prática religiosa e relacioná-la à assistência social, buscando entender a importância desta na relação indivíduo x sociedade e até onde o papel desempenhado por estruturas religiosas pode ser entendido de fato como apoio social, fomentador do empoderamento individual e coletivo.

A pesquisa foi desenvolvida na Comunidade Espírita Amor e Caridade - CEAC, localizada em Campo Grande – MS, e ainda nos Postos de Assistência Centro Espírita Francisco Thiesen e Associação Espírita Anália Franco, na mesma cidade. A escolha do local para realização da referida pesquisa se deu por obtenção de informações, no âmbito profissional, com destaque para localidades cuja população com alto índice de vulnerabilidade vinha sendo estimulada por instituições religiosas locais.

O objetivo macro da pesquisa foi o de subsidiar a territorialização das ações da Política Pública de Assistência Social uma vez que passa por momento ímpar de reformulação em seu modelo de gestão, investigando assim, os impactos que as iniciativas sociorreligiosas têm na localidade na qual está inserida.

Penetrar no universo da pobreza requer dessa Política Social Pública compreender as múltiplas faces da pobreza, material e imaterial, imbricadas no território objeto da pesquisa.

Cabe salientar que a temática de práticas espíritas relacionadas à Política Pública de Assistência Social é pouco discutida na academia, razão pela qual não se encontram publicações referentes aos aspectos já abordados.

Foi realizada uma pesquisa de campo de natureza quanti-qualitativa, descritiva, junto às comunidades religiosas citadas. Isso porque, primeiro, o objeto a ser analisado não é considerado fato social imutável (Durkheim, 2000), mas conjunto de representações e configurações, cujos sentidos variam conforme os agentes e os sistemas de valores dos atores sociais e políticos; segundo, porque da análise desse objeto almejou a pesquisadora elucidar fatos relativos ao desenvolvimento local, à política pública de assistência social e às potencialidades endógenas.

Entre os métodos qualitativos, foram privilegiadas entrevistas não diretivas, nas quais os entrevistados tiveram a possibilidade de expressar-se livremente sobre o tema, e observação direta.

Como fonte de coleta de dados, utilizou-se como subsídio a Política Estadual de Assistência Social – Sistema Único de Assistência Social (SUAS); relatórios de entrevistas com líderes e membros das comunidades religiosas.

Por meio de pesquisa bibliográfica e entrevistas com a comunidade, empreendeu-se realizar a aferição da cultura local e do capital social existentes nos bairros onde estão localizadas as comunidades religiosas objetos do presente estudo.

Os dados coletados foram analisados, usando-se como auxílio a fundamentação teórica e a pesquisa qualitativa.

O trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro procura-se abordar os aspectos da Assistência Social, questões e conceitos, contextualizando-a com elementos do Desenvolvimento Local.

No segundo capítulo, apresentam-se a Comunidade Espírita Amor e Caridade – CEAC, e os Postos de Assistência Centro Espírita Francisco Thiesen e Associação Espírita Anália Franco, onde foi desenvolvido o trabalho de campo, além da descrição das instituições, suas atividades e história, enfatizando-se a fundamentação teórica da Doutrina Espírita.

Cabe aqui ressaltar que a pesquisa de campo nos Postos de Assistência deu-se na etapa final da pesquisa de campo, e a decisão de investigá-los decorreu dos resultados das entrevistas realizadas no CEAC. Tendo em vista o cumprimento do cronograma dessa atividade, foram entrevistados apenas os seus presidentes.

No terceiro capítulo, encontra-se a análise interpretada dos dados no contexto das potencialidades para o Desenvolvimento Local, e a seguir dimensionam-se as considerações finais e as referências bibliográficas.

1 A POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL CONTEXTUALIZANDO ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

A evolução histórica da humanidade evidencia que o homem aspira por erradicar a pobreza e diminuir a desigualdade social. Com o passar dos tempos, a sociedade foi criando mecanismos de amparo social com o intuito de proteger-se contra as necessidades sociais, ou seja, incerteza econômica, perda da saúde e capacidade de trabalho, redução ou perda de renda. Nas palavras de Yamamoto (1993, *apud* COUTO, 2004, p. 30), “é na história da sociedade, na prática social, que se encontra a fonte dos nossos problemas e a chave de suas soluções”.

Assim sendo, a Assistência Social nasce para suprir as necessidades sociais, almejando garantir o mínimo indispensável à sobrevivência do indivíduo. Schons (1999, p. 23) crítica a pouca exatidão do conceito sobre a Assistência Social enfatizando que, a “Assistência, Previdência, Seguro Social, Direitos Sociais, Bem-Estar Social e tantos outros são termos utilizados com o mesmo fim”.

É a Assistência Social uma Política Pública de Seguridade Social, cabendo ao governo federal a proposição e financiamento de programas e projetos que atendam e priorizem os segmentos definidos na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), verificada na lei nº. 8742, de 7 de dezembro de 1993, que repassa aos Estados e municípios, as diretrizes, normas técnicas e parte dos recursos financeiros necessários para a sua execução.

Historicamente, a Assistência Social, no Brasil, baseava-se na caridade, filantropia e na solidariedade religiosa, portanto, discorrer sobre esse tema sem antes focalizar o passado histórico brasileiro, limita a compreensão do que vem a ser a política pública de Assistência Social, bem como, o modo pelo qual vem sendo produzida no decorrer da história brasileira.

Com a independência em 1822, D. Pedro I coloca algumas funções sociais específicas sob os cuidados do Estado. Instituições de caráter beneficente e não religioso assumem a educação e a administração de hospitais. Em 1889, com a Proclamação da República, as irmandades religiosas e confrarias ficam impedidas de administrar o próprio patrimônio. A igreja ou o Estado passam a controlar as propriedades das ordens religiosas e assumem suas ações sociais [...]; até 1930 os grandes proprietários “cuidam” dos pobres. Aliviam as necessidades dos agricultores com um pouco de comida ou terra. Em 1940, o presidente Getúlio Vargas assume o título de “Pai dos Pobres” [...]. A jornada de trabalho limitada, o salário mínimo e o direito de voto às mulheres, adotados por Getúlio na Constituição de 1937, justificam o apelido. Não existe, entretanto, qualquer ação social contínua para os miseráveis. Em 1942 é criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA), com recursos da União, para assistir as famílias dos pracinhas que lutaram na Segunda Guerra Mundial. O órgão não tinha orçamento definido. Em 1988, a Constituição transforma a Assistência Social em política pública, pela primeira vez na história. O Governo fica proibido de realizar ações isoladas, sem continuidade, nessa área (CORREIO BRAZILIENSE, 2002, p. 1).

Bittar (1999) em seu artigo *Da Promoção à Assistência Social*, remete-nos historicamente à época em que a pobreza era considerada disfunção social de responsabilidade da sociedade civil, já que as necessidades da população empobrecida eram satisfeitas por meio de ações filantrópicas oferecidas pela Igreja e organizações da sociedade como a Maçonaria, *Lions Club* entre outros; contudo, tais ações aconteciam de forma isolada e desconexa da realidade econômica, política, cultural, familiar e religiosa.

Antes da divisão do Estado de Mato Grosso, a região, onde atualmente é o Estado de Mato Grosso do Sul, apresentava casos de extrema pobreza e para assistir a essa demanda surgiram entidades religiosas e

filantrópicas, dentre as quais se destacam: Caritas, Cesac, Congregação dos Vicentinos, Paróquias Religiosas, [...] (BITTAR, 1999, p. 238).

Apenas futuramente, relembra Schons (1999), quando a pobreza passa a incomodar a sociedade, é que o Estado vê-se obrigado a assumi-la como responsabilidade sua. Assim, como campo de ação governamental surge no Brasil, no início da década de 40, a Legião Brasileira de Assistência – LBA.

Sposati (1998) faz uma crítica ao exercício dessa política por meio dos programas sociais por entender que tais ações dividem a sociedade em castas, promovendo uma (*des*)identidade do indivíduo, apontando que a prática pela prática desconsidera os elementos presentes nas relações sociais, convertendo à (*des*)culturalização desse mesmo indivíduo.

Em 1988, ano de conclusão de minha graduação em Serviço Social, os profissionais dessa área eram confundidos com “aquelas mocinhas boazinhas que o governo paga para ter dó dos pobres” (ESTEVÃO, 1992, p.7).

A Constituição Federal promulgada, também conhecida por “Constituição Cidadã”, eleva a assistência social no Brasil ao *status* de Política Pública, trazendo em seus artigos 203 e 204 diretrizes gerais a serem posteriormente regulamentadas em forma de Lei. Em 07 de dezembro de 1993, foi promulgada a Lei de nº. 8.742 que dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, contemplando em seu artigo 1º. a definição da assistência social como:

direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas [...] (LOAS, 1993, p. 7)

Seus objetivos são de proteção à sociedade representada pelos grupos que a compõem: família, criança, adolescente, idoso, pessoa com necessidades especiais, mulher, negro, indígena, enfim, todo segmento passível de vulnerabilidades: discriminação étnica, questões de gênero, dificuldade de locomoção e inserção social, dotados de restritos recursos escolares e financeiros.

Essa Lei também dispõe sobre o Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, instituído com a finalidade de alocar recursos financeiros destinados aos programas sociais. Em 25 de agosto de 1995, o então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, assina o Decreto de nº. 1.605 que regulamenta esse fundo e estabelece que o então Ministério da Previdência e Assistência Social (hoje Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) é o órgão responsável por coordenar a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, por meio da Secretaria de Assistência Social – SEAS, e gerir tais recursos sob o controle social do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

Somente em 1998, uma década após a promulgação da Constituição Cidadã, surge no cenário nacional (aprovada por unanimidade pelo CNAS) a Política Nacional de Assistência - PNAS, (1999, p. 36), assinalando:

o desafio de transformar os pressupostos constitucionais e legais em serviços sociais básicos. A Constituição Federal ao garantir à Assistência Social o *status* de política pública, como parte da Seguridade Social, introduz importantes mudanças de paradigmas, transformando uma prática clientelista em participação ampliada de cidadania. Em outras palavras, a assistência social evolui de uma ótica de favor para uma ótica de direito social. Neste modelo, o sistema descentralizado e participativo se fortalece na articulação Estado e Sociedade estabelecendo novos conceitos de participação e formação de uma rede de inclusão e de proteção social que, no conjunto globalizado de ações com as demandas políticas setoriais, visa à inserção dos excluídos do mercado e dos que estão à margem da Sociedade, aos benefícios, serviços, programas e projetos.

Assim, as ações intersetoriais e a parceria com a sociedade tornaram-se indispensáveis na consolidação de novos paradigmas voltados para a inclusão social dos excluídos, principalmente os mais pobres.

Igualmente por unanimidade de aprovação pelo CNAS, em reunião plenária de 15 e 16 de dezembro de 1998, fica estabelecida a Norma Operacional Básica – NOB (1999, p. 93) que “disciplina a descentralização político-administrativa da Assistência Social, o financiamento e a relação entre os três níveis de governo”, a saber, federal estadual e municipal.

Trata-se de um documento complementar a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, que demarca as competências dos órgãos gestores, bem como, mecanismos e critérios para a transferência dos recursos do Fundo Nacional para os Fundos estaduais, do Distrito Federal e municipais de assistência social, e ainda

amplia a autonomia dos Estados e Municípios e qualifica as relações entre Estado e Sociedade, na organização de uma rede de atenção que priorize as demandas de inclusão e proteção do seu público alvo e a qualidade do seu atendimento (*ibid.* p. 94).

Pode-se resumidamente citar que, em seus princípios, no que se refere à gestão das ações, a NOB determina ao Estado a primazia de responsabilidade na condução da política de Assistência Social e tem na família a centralidade de seus serviços, programas e projetos; visa à descentralização político-administrativa com ênfase na municipalização; estabelece o Comando Único na gestão das ações em cada esfera de governo e prevê a participação popular na formulação da política de Assistência Social assim como o controle das ações via Conselhos, Conferências e Fóruns, nacionais, estaduais e municipais.

Couto (2004) evidencia que a Constituição de 1988 reconhece a Assistência Social como dever de Estado no campo da seguridade social, introduzindo-a ao campo do direito social.

Tal assunto suscita reflexão do que vem a ser política pública, e Pereira (2001, p. 222) propõe que:

Política Pública não é sinônimo de política estatal. A palavra 'pública', que acompanha a palavra 'política', não tem uma identificação exclusiva com o Estado, mas sim com o que em latim se expressa como *res publica*, isto é, coisa de todos, e por isso, algo que compromete, simultaneamente, o Estado e a sociedade. É, em outras palavras, ação pública, na qual, além do Estado, a sociedade se faz presente, ganhando representatividade, poder de decisão e condições de exercer o controle sobre a sua própria reprodução e sobre os atos e decisões do governo e do mercado. É o que preferimos chamar de controle democrático exercido pelo cidadão comum, porque é um controle coletivo que emana da base da sociedade, em prol da ampliação da democracia e da cidadania.

Inicia-se, assim, a construção no Brasil de uma nova concepção quanto à institucionalidade, deixando de ser formalização técnica para transformar-se em um processo de interlocução entre diversos atores.

Os Conselhos Populares, instituídos a partir da Constituição Federal de 1988, configuraram-se em um espaço no qual o Estado aproxima-se da sociedade a fim de ouvir suas reivindicações, enquadrando-as institucionalmente, exigindo, antes de tudo, mobilização e organização popular.

As mobilizações da sociedade civil e dos movimentos organizados obtiveram êxito, por exemplo, na concepção da Assistência Social como seguridade (conjunto de ações do poder público e da sociedade, com a finalidade de assegurar direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social) e extensão da cidadania aos excluídos, bem como, na gestão descentralizada por meio dos Conselhos.

No entendimento de Martinez (1995, p. 327), Assistência Social é

um conjunto de atividades particulares e estatais direcionadas para o atendimento dos hipossuficientes, consistindo os bens oferecidos em pequenos benefícios em dinheiro, assistência à saúde, fornecimento de alimentos e outras pequenas prestações. Não só complementa os serviços da Previdência Social, como amplia, em razão da natureza da clientela e das necessidades providas.

Como hipossuficientes entende-se a população em situação de risco social (baixo capital social positivo), devendo então ser transformada em sujeito de seu processo de promoção social, investida de direitos, mas também de responsabilidades.

No capítulo da Seguridade Social, a Constituição Federal de 1988 dedica uma seção específica para a Assistência Social, prevendo, inicialmente, em seu artigo 203, os destinatários desse segmento da ordem social:

Art. 203 - A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

- I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

A Assistência Social objetiva garantir meios de subsistência àqueles que não possuem condições de suprir o sustento próprio, especialmente crianças, velhos e deficientes, independentemente da contribuição à seguridade social.

Em seu artigo 204, a Constituição Federal determina a fonte primária dos recursos que custearão essas ações e as diretrizes a serem adotadas nessa política.

Art. 204 - As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no Art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

Quanto às ações a serem desenvolvidas nesse setor, as inovações dos dois princípios contidos no Artigo 204: a descentralização político-administrativa e a participação da sociedade brasileira devem permear as discussões que são de fundamental importância para o êxito da Assistência Social como política pública.

A partir da Lei 8.742/93, a Assistência é regulamentada como política social (COUTO, 2004). A Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, de nº. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, estabelece os pressupostos constitucionais. O Capítulo I traz em as definições e os objetivos da Assistência Social no Brasil:

CAPÍTULO I - DAS DEFINIÇÕES E DOS OBJETIVOS

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Art. 2º A assistência social tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

Parágrafo único. A assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

Art. 3º Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas que prestarem, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos.

CAPÍTULO II – DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES

SEÇÃO I

DOS PRINCÍPIOS

Art. 4º A assistência social rege-se pelos seguintes princípios:

I - supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;

II - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

III - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

IV - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

V - divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Sem dúvida, o Brasil exhibe ainda um conjunto de graves problemas sociais que afetam amplos setores da sociedade. Apesar de ser um país com tantos recursos naturais, com capacidade técnica e uma larga experiência no

campo social, continua apresentando deprimentes diagnósticos de pobreza, essa é uma situação que convoca toda a sociedade a se movimentar ética e politicamente.

No que tange os serviços de assistência estatais, Schons (1999) assevera serem programas humanitários que objetivam apenas aliviar as necessidades extremas, contudo não promovem a igualdade social e a justiça.

Sob essa óptica, autores como Fridman (1989, *apud* SCHONS, 1999, p. 142) advertem que ao financiar programas sociais houve considerável aumento do gasto e do déficit públicos, além de “inflação, redução da poupança privada, desestímulo ao trabalho [...] diminuição da produtividade, destruição da família, desestímulo ao estudo, formação de “ganges”, criminalização, etc”.

Isso posto, considera-se que, da forma como vem sendo aplicada, essa política pública promove apenas uma compensação, levando o indivíduo a imaginar estar em melhor situação social, induzindo-o a uma possível acomodação.

Schons (1999) afiança que a Assistência Social, como política de direito, não reduz desigualdades, apenas ameniza suas conseqüências, ocultando a real situação social, a qual está longe de ser solucionada.

Nessa perspectiva, a política pública de Assistência Social contribui com a dependência dos indivíduos ao aparelho institucional, não combate efetivamente as causas da miséria, mas seus efeitos, o que resulta na formação de indivíduos com identidades vulneráveis, descapitalizando-os socialmente.

Percebe-se nas últimas décadas, que o Brasil vem acumulando níveis de desigualdade econômica e social. É fato que os problemas decorrentes dessa exclusão social não poderão ser superados por intermédio de um assistencialismo simplesmente complementar e emergencial. Tanto a Constituição de 1988 como a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) definiram a Assistência Social como política de proteção voltada à família em

situação de vulnerabilidade pessoal e social, a integração no mercado de trabalho, a reabilitação e integração de pessoas com deficiência.

Entendida como uma política não contributiva, que se realiza por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, deve pautar-se pelos princípios da universalidade da cobertura, do atendimento, da seletividade, da distributividade na prestação dos benefícios e serviços, sem dar somente assistência caritativa; antes, debater, discutir com uma base local, uma vez que governança e comunidade podem desenvolver ações conjuntas para a melhoria da qualidade de vida dessa comunidade.

1.1 AÇÕES DO PODER PÚBLICO

Em 2004, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva institui o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) que acelera e fortalece o processo de construção do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Com ênfase no protagonismo dos municípios, o MDS, por intermédio da Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS, e do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, elaborou, aprovou e tornou pública, após ampla mobilização nacional, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) versão 2004, que expressa a territorialização das ações e a matricialidade familiar como prioridades. Ao definir a territorialização de suas ações, sinalizou para a necessidade de considerar a cultura local no planejamento e execução de suas ações.

Nessa dimensão, as famílias devem ser percebidas como unidade de atenção em oposição à histórica prática fragmentada. Inverte-se, assim, uma lógica tradicionalmente enraizada na execução das ações, cuja atenção ao indivíduo é desvinculada do seu grupo familiar.

A criação de um canal entre a comunidade e o Estado é imprescindível para que se possa aproveitar essa cultura. A política social pública de Assistência Social vive um momento histórico dada a implantação do

Sistema Único de Assistência Social – SUAS, em todo o território nacional. Surge um novo modelo de gestão pública que traz como ponto primordial a territorialização de suas ações - considerando as potencialidades de cada município brasileiro.

A dinâmica populacional é um importante indicador para a política de assistência social, pois ela está intimamente relacionada com o processo econômico estrutural de valorização do solo em todo o território nacional [...] espaços urbanos produtores e reprodutores de um intenso processo de precarização das condições de vida e de viver [...] de violência, de fragilização dos vínculos sociais e familiares [...] expondo famílias e indivíduos a situações de risco e vulnerabilidade”, enfim, de exclusão social. (POLÍTICA NACIONAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, BRASIL, 2004, p. 12-13).

Até 2004, a população brasileira vinha sendo considerada por essa política de forma individualizada, segundo recortes de pertencimento a distintos segmentos - idosos, crianças e adolescentes, jovens e adultos.

Importante se faz esclarecer que a sociedade atual apresenta transformações fundamentais na composição e no papel das famílias. Decorrente do desemprego masculino ou por abandono do lar, a coordenação desse núcleo passa a ser assumida por mulheres, mães e avós, razão pela qual a PNAS / 2004 sinaliza para a matricialidade familiar.

Os impactos sofridos pela a família são provocados por diversos fatores, destaca-se a transformação sociocultural, acentuando ainda mais suas fragilidades e contradições, de tal maneira que a matricialidade familiar, no âmbito das ações da política pública de Assistência Social torna-se elementar, conforme se pode comprovar:

Considerando a alta densidade populacional do País e, ao mesmo tempo, seu alto grau de heterogeneidade e desigualdade socioterritorial presentes entre os seus 5.561 municípios, a vertente territorial faz-se urgente e necessária na Política Nacional de Assistência Social [...] exige-se agregar ao conhecimento da realidade a dinâmica demográfica associada à dinâmica socioterritorial em curso [...] pelas análises de Milton Santos, que interpreta a cidade com significado vivo a partir dos atores que dele se utilizam (POLÍTICA NACIONAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, BRASIL, 2004, p. 37).

No aporte de Koga (2003), pensar a política pública a partir do território, suscita uma revisão histórica, e ainda do cotidiano e do universo cultural das pessoas que constituem esse território.

É de fundamental importância que a Política Pública de Assistência Social, no exercício e no planejamento de suas ações, considere questões culturais intrínsecas no território, palco de vida de seus usuários.

Nessa perspectiva, Yasbek (1999) enfatiza que, na aproximação da Assistência Social com o indivíduo que dela faz uso, se exige conhecer elementos históricos presentes no cotidiano desse indivíduo.

O desenvolvimento humano e social é objetivo dessa política pública, bem como, conhecer e respeitar os laços primários daqueles que dela fazem uso, é de fundamental importância, uma vez que a história fomenta a unidade familiar e alimenta a identidade do grupo, em que (re)conhecimento e respeito agirão como facilitadores no protagonismo das famílias que acessam os serviços oferecidos pela Assistência Social.

Trata-se, assim, de uma nova cultura de política pública, aproveitando a potencialidade endógena de cada região, visando promover o empoderamento do cidadão.

Infere-se também que as mudanças quanto ao reconhecimento dessa profissão e à sua prática como política pública, representam também o avanço na inserção do conceito “multidisciplinar”, pois “trabalhar a sociedade” e as inúmeras questões por ela demandadas, requer muito mais que o direito e/ou o dever exclusivo do assistente social, sinaliza para medidas que adotem o exercício conjunto de profissionais de diversas áreas como: administração de empresas, economia, história, pedagogia, psicologia, arquitetura e urbanismo, medicina, contabilidade, entre outras.

Houve um tempo em que cada profissional deveria ter o completo domínio sobre todos os assuntos pertinentes ao seu objeto de trabalho, felizmente, essa prática foi substituída pelo conceito de Equipe Multidisciplinar, ou seja, técnicos teoricamente embasados, investidos de particularidades, pertencentes aos mais variados setores de atuação profissional que, movidos

pela responsabilidade social, amalgamaram diferenças, especificidades indispensáveis na construção do conhecimento e na consolidação da multidisciplinaridade social, esse conceito permite um grande salto na maneira de gerir a coisa pública.

Outros foram os marcos transformadores dessa nova versão, compreendendo-se que as realidades se diferem umas das outras, de acordo com os bairros, cidades, Estados e regiões em que o indivíduo está inserido.

Atualmente, a Geografia, ciência que estuda a organização do espaço realizada pelo homem, alerta-nos quanto à (re)conceituação de território, até então sinônimo de espaço ocupado, “chão”. Nas palavras de Raffestin (1993, p.143 - 144):

Espaço e território não são termos equivalentes [...] É essencial compreender que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. [...] o território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si.

Na sociedade contemporânea, não há possibilidades para tratar de questões isoladamente de seus contextos histórico-sociais e ambientais, é inconcebível abordar o indivíduo sem considerar a trama da reciprocidade (YASBEK, 1999). Daí a importância de salientar o avanço dessa Política Pública no sentido de territorializar suas ações, compreendendo que as famílias que dela fazem uso não estão destituídas de territórios, lugar em que nascem, vivem, trabalham e se relacionam.

1.2 ASPECTOS CONSTITUTIVOS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Até o ano de 2004, os serviços, programas e projetos da Assistência Social eram organizados tendo em vista o indivíduo em situação de risco e vulnerabilidade social, entretanto os resultados demonstraram que era indispensável avançar para conhecer o cotidiano que envolvia esse indivíduo,

no intuito de valorizar suas relações familiares, o ambiente geográfico, seus hábitos de vida pautados na história do lugar.

Verifica-se então que desconsiderar a cultura local é submeter essa Política Pública ao insucesso. Dirce Koga (2003, p.17) não faz apologia à solidariedade comunitária nem tampouco à (des)responsabilização de Estado na gestão da Assistência Social, porém, assinala que “o reconhecimento pelo Estado das particularidades enraizadas na própria sociedade brasileira, precisam ser consideradas no processo de desenvolvimento”.

Teóricos das mais variadas áreas harmonizam-se quanto à urgência em considerar os espaços de inter-relações a fim de se tornarem melhores e mais eficientes na compreensão e atuação da realidade.

Yi-Fu Tuan (1976) adverte que as Ciências Sociais buscam conhecer o mundo humano pelo exame das Instituições Sociais, no entanto, enfatiza que o estudo das relações das pessoas entre si e com o ambiente externo poderá fornecer elementos mais criteriosos desse cotidiano.

Conduzindo este estudo sob a ótica da Geografia Humanística, percebe-se que a raiz histórica, bem como os modos de vida das pessoas em determinada localidade, configuram fatores essenciais na elaboração, planejamento e execução da Assistência Social.

Nesse contexto, insere-se o Desenvolvimento Local, um modelo de desenvolvimento que, antes de tudo, ressalta as potencialidades endógenas de uma comunidade, valorizando suas especificidades. Trata-se de

uma nova Filosofia de Desenvolvimento no Planeta [...] capaz de agenciar e gerenciar o aproveitamento dos potenciais próprios, assim como a “metabolização” comunitária de insumos e investimentos públicos e privados externos, visando à processual busca de soluções para os problemas, necessidades e aspirações, de toda ordem e natureza, que mais direta e cotidianamente lhe dizem respeito [...] (Ávila, 2000, p 68).

O DL configura-se justamente como processo que considera, respeita e aproveita as peculiaridades (ou modos de ser e agir), a realidade (enquanto complexidade dos contextos social, cultural e meio-ambiental) e as potencialidades (das pessoas e do meio) de cada comunidade-localidade [...]

de forma que esta se evolua para a condição de *sujeito* do seu próprio desenvolvimento [...] (ÁVILA, 2003, p.21).

Com arrimo nos conceitos propostos por Ávila (2000), a cultura enquadra-se nessas especificidades, nos potenciais internos das comunidades, a qual se destaca como o diferenciador nesse tipo de desenvolvimento.

Em tal perspectiva Kashimoto (2002) argumenta que é de fundamental importância que a comunidade reconheça e assuma sua cultura como instrumento para o alcance do seu protagonismo social em um processo de desenvolvimento local.

O Desenvolvimento Local é um modelo que propõe identificar e respeitar as potencialidades endógenas de um grupo social, ressalta Elizalde (2000), que deve acontecer na escala humana, e ainda que são

nove as necessidades fundamentais para o ser humano: subsistência, proteção, afeto, entendimento, criação, participação, ócio, identidade e liberdade [...] da mesma maneira que seria muito difícil estabelecer se é mais importante em nossa biologia o sistema cardiorrespiratório ou o sistema gastrointestinal ocorre algo parecido com as necessidades [...] todas têm uma importância similar [...] muda o conceito de pobreza associado exclusivamente à ausência de subsistência [...] há pessoas que morrem não somente de fome senão morrem também por carência de afeto ou por carência de identidade (ELIZALDE, 2000, p. 52).

Isso posto, o DL pode ser usado como uma ferramenta de análise dinâmica quando inserido em relação às lógicas de conflito e desigualdade.

Conforme Kashimoto (2002, p. 35), cultura abrange “conhecimento técnico, costumes, valores, religião, língua, símbolos, comportamento sociopolítico e econômico, relações econômicas, entre outros”. Desse modo, cultura é o modo de agir de um povo, sua concepção ética.

Kliksberg (2001, p. 122) sustenta que “a cultura incide claramente sobre o estilo de vida dos diversos grupos sociais” e “[...] é um fator decisivo de coesão social” (p. 123), trazendo o sentido de crescer, cultivar e desenvolver-se mutuamente.

Configura, então, como a maneira como as pessoas vivem juntas, moldando comportamento, imagem e pensamento, de modo a condicionar-se e

adaptar-se ao seu meio ambiente natural e social. Vale ressaltar aqui os ensinamentos de Ullmann (1991) que menciona a idéia de que o homem pode viver segundo o comportamento aprendido.

Desenvolvimento Local, no aporte de Kashimoto (2002), é o uso sustentável de recursos naturais mais valorização e preservação da cultura do lugar.

Em análise convergente, Ávila (2003) advoga que a cultura não se refere apenas ao que as pessoas fazem, mas, sobretudo, à idéia que têm a respeito do que fazem.

Nessa vertente, insere-se o DL como um modelo que se fundamenta socioculturalmente, tendo em vista que:

o desenvolvimento sociocultural se caracteriza, pois, como ponto de partida, de norteamento e de chegada do desenvolvimento local [...] visando autoconscientização, auto-sensibilização, auto-estima, autoconfiança, automobilização, auto-organização cooperativa [...] para a gradativa – porém contínua – busca de rumos comunitários-locais, de forma que a comunidade-localidade se evolua para a condição de *sujeito* do seu próprio desenvolvimento, a partir de suas características, de suas potencialidades [...] (ÁVILA, 2003, p. 20 e 21).

É determinante que se conheça a identidade cultural local para que haja Desenvolvimento Local. Somente respeitando os padrões da cultura local é que projetos e iniciativas serão bem sucedidos (KASHIMOTO, 2002). O resgate dos valores culturais pode ser uma opção para a dinamização e potencialização para o desenvolvimento local.

Ora, a cultura, criada, transmitida e internalizada pelo homem é a garantia da manutenção da história de um povo, afirma Ullmann (1991), ratificado por Geertz (2001) que ressalta ser a cultura a essência da existência humana, símbolo que lhe empresta luz e direção, uma “teia de significados” tecida pelo próprio homem. É flexível, variando segundo o contexto histórico, contudo jamais poderá ser desprestigiada uma vez que traduz o modo de sentir de um povo.

Destaca Ullmann (1991) que os animais guiam-se por instintos enquanto os seres humanos, pela experiência acumulada e transmitida, assim,

a cultura é um instrumento de humanização, ou seja, ensina o humano a viver como tal.

Infere-se que direcionar recursos humanos e financeiros à população, em situação de pobreza sem examinar os motivos que a causaram, é tratar a questão social com insipiência.

Para Pedro Demo (1998, p.105 - 106) a figura central dos problemas sociais no Brasil é a precariedade da cidadania e não de bens materiais. Esse advoga que:

A figura central só pode ser o excluído, não o Estado. Se o problema mais central é o da cidadania, forçoso é começar por ela. A expectativa piedosa sobre um Novo Estado Protetor, ou sobre esquemas assistenciais universais, ou sobre a volta a um mercado plenamente empregador, trai sempre a acomodação funcional, colocando suficiente lenha na fogueira neoliberal, para estigmatizar a política social como agravadora da questão social. Com efeito, a política social que só assiste e pretende ser universal na assistência, não tem idéia de como financiar, supõe um capitalismo santo, finge um Estado sempre comprometido com os excluídos, fantasia a assistência como centro da política social, e acaba no parasitismo generalizado. Este tipo de assistência é, no fundo, capitulação, para não dizer tática de apaziguamento dos pobres.

Propõe ainda esse autor que a Assistência Social manifesta-se como política compensatória para um sentimento de não-pertença. Esse sentimento também é valorizado por Martins (2002, p.54, 55 e 58) quando propõe que “é no território que os fatos ganham plena significação [...]”.

A cidadania poderá não passar de figura de retórica se não relacionada com o território, evoca, Milton Santos (1993) ao sugerir que “o cidadão é o indivíduo num lugar”.

Por outro viés, pode-se concordar com Demo (1998) que a Política Pública brasileira deve converter-se de simples espaço de acomodação da pobreza para o fomento à (re)significação cotidiana dessa população. Há que se trabalhar na perspectiva emancipatória, tendo em vista a Assistência como política de passagem e não de permanência.

Entende-se que essa não é uma tarefa fácil de ser realizada sem a participação da sociedade, afinal, ser cidadão não significa apenas dispor de direitos, implica igualmente, assumir responsabilidades.

Ora, se é no território que o ser humano constrói sua identidade, é indispensável que os olhos dos estudiosos sociais estejam a ele voltados. Sob essa óptica, o resgate da identidade constitui-se como processo de construção cidadã, pois uma nação não é edificada por pessoas que não sabem quem são e nem para que vieram.

O homem deve ser tratado como um ser completo e complexo que não pode ser pensado fragmentadamente. Portanto, seria oportuno lembrar que a religião é uma necessidade intrínseca e exclusiva do ser humano, urge, assim, considerá-la, inclusive, no âmbito das políticas sociais públicas, pois a religião, nas suas mais variadas expressões, mostra-se um poderoso instrumento de (re)significação do homem de modo a fomentá-lo na construção de sua identidade, contribuindo assim para respaldar o processo em que alcance sua autonomia, passando a ser sujeito e protagonista de sua história.

Como já discorrido, historicamente os serviços assistenciais eram considerados de responsabilidade da Igreja, desde 1988, com a promulgação da Constituição Cidadã, a Assistência Social, reconhecidamente política pública, direito do cidadão e dever do Estado, não configura como ação religiosa, incitando o afastamento, e porque não dizer ruptura, entre a Assistência Social e Religião, a hipótese desta pesquisadora é de que tenha ficado uma lacuna entre ambas, um espaço que merece ser pesquisado cientificamente.

Acredita-se que os espaços religiosos podem configurar facilitadores no fomento à cultura local nesse processo de (re)significação identitária.

A religião que aqui se refere não é a ação praticada por homens e mulheres de boa vontade para suprir e/ou amenizar o sofrimento alheio, e sim ao sentimento de construção de significação da vida. É, sem dúvida, um instrumento de conexão desses homens e mulheres com o cosmos e entre si.

Pode-se encontrar nas manifestações religiosas elementos que estimulem seus seguidores a sair do patamar de indivíduo para o efetivo *status* de cidadão, sujeito empoderado, cômico de suas responsabilidades enquanto (co)habitante do planeta. Uma vez que a religião é utilizada para compreender

e se conectar com o mundo, igualmente será um valioso instrumento para o conhecimento do homem religioso.

Por esse prisma, “é necessário, sobretudo, ensinar o ser humano a conhecer-se, a desenvolver, sob o ponto de vista dos seus fins, as forças latentes que nele dormem” (DENIS, 1977, p. 12). Nessa conjuntura, enquadra-se o Desenvolvimento Local, em que no fator determinante de empoderamento individual e coletivo encontram-se o autoconhecimento e (re)conhecimento de suas potencialidades.

A legislação pertinente indica que a política pública de Assistência Social almeja, além da proteção, a promoção do indivíduo. Tal aspecto é determinante na elaboração de uma teoria em que considerar as comunidades religiosas, territorialmente estabelecidas, é de fundamental importância para o efetivamento da cidadania.

Nessa lógica, no diálogo entre a Assistência Social e as comunidades religiosas encontram-se elementos como: coesão, confiança, solidariedade, entre outros, demonstrando que nessa localidade há possibilidades para o Desenvolvimento Local.

O estudo em tela volta-se para uma instituição religiosa. Em virtude de experiências e atuações na Coordenadoria de Apoio à Gestão da Política Pública de Assistência Social no Estado de Mato Grosso do Sul, verifica-se a necessidade de investigar comunidades religiosas, inseridas nos territórios, a fim de identificar elementos de Desenvolvimento Local que possam oferecer subsídios para o exercício dessa política via território.

Infere-se, das reflexões aqui desenvolvidas, a necessidade premente de projetos de pesquisa cujo objeto será a valorização da identidade cultural da comunidade em sua qualidade de ferramenta indispensável ao desenvolvimento local [...] a afirmação da identidade cultural é imprescindível ao fortalecimento da comunidade em seu ambiente, possibilitando-lhe a escolha das melhores soluções e, conseqüentemente, a condução do processo de desenvolvimento local (KASHIMOTO, 2002 p. 41).

Percebe-se que os símbolos sagrados sintetizam o caráter de um povo, sua visão de mundo (GEERTZ, 1989), os quais não podem ser

desconectados de seu contexto histórico, social e meio ambiental. Rosendahl (1996) oferece elementos para crer que a gênese religiosa pode auxiliar inclusive na compreensão da consciência cívica brasileira.

Em perspicaz e pertinente análise, a autora lembra ainda que além de criar espaços sagrados, esses humanos visam materializar seus sentimentos, imagens e pensamentos, observando que a religião é o elemento que caracteriza o lugar e o diferencia dos demais (ROSEND AHL, 1996).

Com o propósito de subsidiar o exercício de territorialização das ações da Assistência Social, identifica-se que a religião, somada a outras variáveis, é matéria-prima para a construção da identidade (CASTELLS, 1999), “manifestando-se como um elemento de coesão, que fortalece e empodera as coletividades” (CASTILHO, 2004, p.11).

Sublinha-se que, em pequenos grupos religiosos que compõem esses territórios, podem-se encontrar elementos que subsidiem a territorialização das ações da Política Pública de Assistência Social.

Vive-se em um mundo globalizado, bilhões de pessoas conectadas umas às outras em redes, notícias dos mais variados lugares chegam simultaneamente a milhares de casas espalhadas por todo o mundo, hábitos singulares passeiam diariamente entre outros povos em um flerte frenético de sedução e, por essa razão, sociólogos previam que tal fenômeno terminaria por gerar uma cultura única no planeta, com uma única linguagem e quiçá uma única religião.

O que se observa é que, ao contrário do que se esperava, a globalização fomenta a singularidade cultural, e mais, o mundo que está por vir será significativamente influenciado e transformado pelas diferenças culturais, históricas e geográficas (CASTELLS, 1999).

Parece que o Planeta não almeja por uma uniformidade de hábitos, línguas, padrões ou religiões, é como se, em resposta a esse comando, ratificasse sua admiração pela diferença, pela especificidade.

À medida que esse mundo interconectado dissolve tempo e espaço, surgem atores sociais que buscam, na memória histórica, elementos capazes de fortalecer traços identitários, que os distinga dos demais.

Assim, é no coletivo que aflora o individual, é no movimento global que se valoriza o local. Segundo o percuciente parecer de Castilho (2004, p.9), o mundo globalizado impulsiona o acontecimento religioso.

Ora, a religião é um traço humanamente universal (TUAN, 1976), então, é notório que no estudo das relações entre as pessoas e destas com o lugar se encontrem valores religiosos intrinsecamente embutidos. Por essa razão, acredita-se que para uma maior compreensão dessas inter-relações é inevitável passear pelos princípios religiosos e buscá-los na construção do território.

Castilho (2004, p. 9) enfatiza ainda que, diante desse novo mundo, a religião se impõe pelo próprio homem como defesa à sobrevivência da espécie, torna-se, assim, uma comunicação entre os humanos a respeito de si mesmos, de suas diferenças culturais, características fundamentais para demonstrarem que pertencem a mundos diferentes, interconectados, expressos e distintos por traços peculiares que os identifica dos demais.

Acompanhando as idéias propostas por ROSENDAHL (1996), o conflito do homem em ordenar o cosmos e os obstáculos provocados pela herança cultural são aspectos que não podem deixar de ser aferidos na elaboração das políticas sociais públicas.

Adverte ainda a autora que a Assistência Social requer planejamento e aplicabilidade imediata, portanto, desconsiderar elementos religiosos, que fazem parte da cultural local, pode configurar erro fatal, uma vez que os traços religiosos emprestam significado na construção dos espaços relacionais.

Ciência e religião não se contrapõem, ao contrário, se completam. É nesse sentido que se recomenda que a proposta da Política Pública de Assistência Social em territorializar suas ações tenha necessariamente de considerar a dimensão religiosa na análise cultural do território.

No entendimento do senso comum, “território” diz respeito a um espaço qualquer, comumente delimitado e defendido; espaço esse de sobrevivência de um grupo ou pessoa.

A esse respeito Santos e Silveira (2001, p. 248) explicam que:

As configurações territoriais são o conjunto dos sistemas naturais, herdados por uma determinada sociedade, e dos sistemas de engenharia, isto é, objetos técnicos e culturais historicamente estabelecidos [...] sua atualidade [...] sua significação real advém das ações realizadas sobre elas.

Dessa forma, Bitoun (1999, p. 194) adverte que o território não pode ser entendido como simples espaço geográfico, “os municípios não são simplesmente instâncias federativas [...] cada um deles é um território caracterizado pela sua posição, suas paisagens, suas práticas culturais e políticas desenvolvidas por agentes sociais locais”.

O território não se restringe a uma entidade jurídica, é imprescindível observar o sentimento de pertencimento e de apropriação.

A singularidade e particularidade de cada território é que faz dele mais do que um espaço geográfico. O território contribui para a criação dessas especificidades, que fomenta o sentimento de pertença (CASTELLS, 1999).

Tuan (1976, p. 4) considera que o conceito de território difere de espaço limitado. É uma “rede de caminhos e lugares”. Um lugar deve ser visto como um centro de significância, onde há a ligação emocional a objetos, ao espaço habitado. Nele encontram-se conceitos e símbolos que constroem a identidade do lugar. A concepção dimensional do território, diferentemente do espaço, considera que o lugar onde a existência humana está inscrita foi construído pelo homem, pela sua ação técnica e pelo discurso que mantinha sobre ela.

Rosendahl e Correa (2006, p. 1) ressaltam que o território “apresenta, além do caráter político, um nítido caráter cultural, especialmente quando os agentes sociais são grupos étnicos, religiosos ou de outras identidades”. É por meio do território que a relação existente entre cultura e espaço se materializa. Em tal contexto, Castilho (2004) ressalta que a religiosidade influencia a estruturação dos territórios.

Com esteio nos conceitos propostos por Mesquita (1995, p. 86),

[...] a territorialidade que comumente vivenciamos assume, tenhamos ou não consciência disso, feições de uma territorialidade familiar, quando no território atualizamos pela nossa identidade com ele, antigos sentimentos de emulação, competição ou solidariedade vividos no território familiar. Pode assumir também uma feição sintetizada como territorialidade senhorial quando se atualizam e expressam raízes de posse [...] fundamentando não só o sentimento de pertença territorial, como ainda condutas direcionadas a um uso político do território. Esta territorialidade senhorial freqüentemente vale-se de [...] uma identidade contrastiva em que os outros são os diferentes que não pertencem ao nosso território, mesmo que este “nosso” não configure uma propriedade coletiva, mas apenas de alguns [...]

É como se houvesse um espelho, em que os homens idealizam seu ambiente e vêem suas imagens refletidas, o que os ajuda a tomar consciência daquilo que eles partilham.

Segundo Yasbek (1999) é pelas relações que se constrói a identidade. De maneira similar, Castells (1999) observa que a identidade não se encerra em si mesma, mas é construída a partir da história. Assim, ela é o conjunto de atributos culturais inter-relacionados.

Haesbaert (1997) propõe a idéia de que a identidade territorial é criada pela relação existente entre território e territorialidade, utilizando-se de elementos como a identidade cultural e a identidade religiosa.

Como sublinha Geertz (1989), a religião é uma manifestação cultural, carrega símbolos historicamente enraizados, formula conceitos a respeito da existência humana, traduz o caráter e a visão de mundo de um povo, “une a sociedade, sustenta valores, mantém a moral, impõe ordem ao comportamento público, mistifica o poder, racionaliza as desigualdades, justifica a injustiça” (GEERTZ, 2001, p.25).

Isso ocorre, visto que a religião faz valer-se de uma crença sobrenatural que cria uma atmosfera distinta, um modo de vida, uma filosofia religiosa.

É por meio da paisagem cultural, carregada de seus geo-símbolos, que um determinado grupo inscreve sua cultura no espaço. Também a religião

possui seus símbolos, ou seja, marcas que identificam e delimitam seu território religioso, em tal contexto:

São espaços qualitativamente fortes, constituídos por fixos e fluxos, possuindo funções e formas espaciais que constituem os meios por intermédio dos quais o território realiza efetivamente os papéis a ele atribuídos pelo agente social que o criou e o controla (ROSENDAHL; CORREA, 2006, p. 2).

Assim entendido, o território religioso abrange a comunidade de fiéis, não se limitando apenas ao espaço onde está localizado.

Na abordagem da geografia cultural, territorialidade religiosa é o conjunto de práticas desenvolvidas por instituições ou grupos religiosos visando controlar um determinado território. É fortalecida por meio de experiências religiosas individuais ou coletivas que o grupo mantém no lugar sagrado e nos itinerários que constituem seu território (ROSENDAHL; CORREA, 2006).

Na concepção de Castilho (2004), todo homem é religioso à medida que busca significado e orientação para o mundo em que vive; sob essa ótica, é uma expressão inevitável na análise cultural do território. Valores religiosos motivam trabalhos sociais em comunidades locais (CASTELLS, 1999).

Em seu clássico “*Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*”, Putnam (2000) adverte que as evidências históricas indicam que os fatores socioculturais possuem papel decisivo na explicação das potencialidades regionais. Ensina ainda que o conjunto de características da sociedade - as redes de relações - é denominado capital social. Quando ele existe em uma região, torna possível a tomada de ações colaborativas que resultam no benefício para toda a comunidade.

Tais redes de relacionamento proporcionam o fluxo e o intercâmbio de informações, criando espaços onde a comunicação permite o compartilhamento das informações, infere-se que:

O sentimento de pertencer ao grupo (identidade de grupo) é fundamental na definição do capital social; passamos, assim, de uma identidade baseada no conhecimento (*Cogito ergo*

sum) a outra fundada no sentimento de pertencimento (*Cognatos ergo sum*) (MILANI, 2006, p. 21).

O grande valor do conceito de capital social para autores que versam sobre o tema está na possibilidade de identificar certos aspectos funcionais da estrutura social que proporcionam aos atores sociais recursos para a realização de seus interesses.

O economista Albert Hirshman (*apud* D'ARAUJO, 2003, p. 40) define capital social como:

aquele que aumenta dependendo da intensidade de seu uso, no sentido de que praticar cooperação e confiança produz mais cooperação e confiança e, logo, mais prosperidade. [...] capital social é bom para a economia e, portanto, bom para a sociedade. Isto porque as sociedades fortes em capital social não geram apenas mais riqueza: geram também sentimento de igualdade, de justiça, de bem comum.

Capital social tem, portanto, profunda ligação com a união das sociedades, comunidades ou grupos sociais. Essa união de valores, crenças, comportamentos e conhecimento possibilita a geração de benefícios que podem ser vistos como estratégias de desenvolvimento - atingindo toda a comunidade, o Estado e o setor privado, em que a cultura possui um papel fundamental. Cabe salientar, então, que o capital social está fundado em relações sociais. Assim é possível concluir que:

as pessoas, as famílias, os grupos, são capital social e cultura por essência. São portadores de atitudes de cooperação, valores, tradições, visões da realidade, que são sua própria identidade. Se isso for ignorado, saltado, deteriorado, importantes capacidades aplicáveis ao desenvolvimento serão inutilizadas, e serão desatadas poderosas resistências. Se, pelo contrário, se reconhecer, explorar, valorizar e potencializar sua contribuição pode ser muito relevante e propiciar círculos virtuosos com as outras dimensões do desenvolvimento (KLIKSBURG, 2001, p. 115).

Nesse contexto, temos de considerar a influência do Capital Social na dinâmica da localidade, não só os níveis de reciprocidade, solidariedade e confiança num dado grupo, mas também a atitude cívica e a cultura política deste (D'ARAUJO, 2003).

É possível encontrar no capital social diversos elementos do âmbito da cultura que causam uma inter-relação, modificando a função do indivíduo na sociedade.

Newton (1997, *apud* KLIKSBERG, 2001, p. 117) sublinha que o capital social é visto como um fato natural subjetivo, associado “[...] de valores e atitudes que influenciam como as pessoas se relacionam entre si. Inclui confiança, normas de reciprocidade, atitudes e valores [...]” que ajudam a transformar conflitos em cooperação e ajuda mútua. Por meio das ações coletivas e o uso comunitário de recursos, o capital social estimula a solidariedade e supera as falhas de mercado.

É a confiança, o grau de integração social entre os atores sociais que valoriza o capital social, identificando-o com as expressões culturais. É de essencial importância salientar que a cultura local insere-se no capital social.

A cultura corrobora para o alicerçamento dos fundamentos básicos do capital social: confiança, comportamento cívico e grau de associação. São valores e atitudes subjetivas intrínsecas nas relações sociais, permitindo que a sociedade seja mais que a soma de indivíduos (KLIKSBERG, 2001).

Kliksberg (2003) analisa que “capital social e cultura podem ser alavancas formidáveis de desenvolvimento se forem criadas as condições adequadas”. Para tanto, as políticas de desenvolvimento devem respeitar a diversidade biológica e cultural como, amizade, comunidade, identidade, confiança, cooperação e etnicidade.

Yazbek (1999) destaca que abordar indivíduos em suas relações sociais é conhecer um pouco mais sua realidade histórico-social, ou seja, a cultura local.

O significado de cultura vem evoluindo ao longo dos séculos, caracterizando, de forma muito particular, cada comunidade, considerando suas crenças, costumes e valores, como fator preponderante para a formação do modo como as pessoas, cada uma em sua comunidade específica, compreendem suas relações inter-pessoais e da forma como isso influencia em seu viver.

Em seus argumentos, Claxton (*apud* MARINHO, 2005, p. 31e 32) afirma que a cultura é o “conjunto de manifestações humanas que engloba não somente as artes, mas também o modo de vida e os sistemas de valores de uma dada sociedade ou grupo social” é indispensável buscar na cultura religiosa valores tais que justifiquem os tipos de organização social.

O que hoje se entende por cultura condiz com os sentidos cristalizados em finais do século XVIII, momento chave do processo em que essa noção foi adquirindo um destaque crescente na visão dos fenômenos sociais, que se estenderia tanto ao senso-comum como às teorias científicas, notadamente a antropologia. Tal processo é contemporâneo da constituição e consolidação dos Estados Nacionais, operado a partir do fim da Idade Média, e se explica em virtude do funcionamento central que o apelo à cultura tem enquanto mecanismo de legitimação do poder do Estado sobre os sujeitos e sobre seu território (RODRÍGUEZ, 2000).

Ao longo do século XIX, a cultura foi se reafirmando progressivamente como critério de definição nacional, até tornar-se central e decisiva para a existência das nações potenciais, passando a ser reivindicada para justificar as demandas territoriais dos Estados (HOBSEBAWM, 1998).

A cristalização política do critério cultural ocorreu no interior dos nacionalismos dogmáticos e xenófobos estabelecidos nas últimas décadas do século XIX, nos quais raça e nação passaram a ser sinônimos e a língua considerada como único indicador adequado da nacionalidade (HERDER, 1987).

A partir do século XX, o conceito de cultura modificou-se. Constatou-se que as sociedades não são todas iguais; a cultura se inscreve na história enquanto diversidade de culturas, particulares e distintas, que diferenciam as sociedades entre si.

Ao assumirmos essa visão natural, devemos concluir que as diferenças entre as sociedades correspondem às diferenças naturais. Nesse sentido, Elia (1987) enfatiza que as comunidades nacionais convivem, em seu

espaço territorial, com outras comunidades menores, diversificadas social e geograficamente.

Nesse sentido, o âmago dessa proposta está em procurar conhecer a cultura desse povo, para que façam sentido as suas práticas, costumes, concepções e as transformações pelas quais passam, buscando respostas à indagação de sua identidade.

As sociedades possuem culturas distintas, assim, a política se baseia na pluralidade dos homens. Arendt (1998) acrescenta que a política trata da convivência entre diferentes. Considerando que a pluralidade implica a coexistência de diferenças, a igualdade a ser alcançada por meio desse exercício de interesses é a liberdade e não a justiça, pois é aquela, a liberdade, que distingue o convívio dos homens na pólis de todas as outras formas de convívio humano que eram bem conhecidas dos gregos.

A capacidade “autárquica”, como afirmou Arendt (1988), ou meramente o destino comum da humanidade, fortalece a sua convicção de que o objetivo da política é a garantia da vida no sentido mais amplo. Esse sentido, o da libertação, será tão satisfatório quanto mais o homem puder caminhar em busca de seus objetivos sem amarras institucionais.

A cultura é a “forma pela qual um grupo de pessoas se comporta realmente” (GEERTZ, 1989, p. 14), possui enorme valor explicativo para o desenvolvimento das sociedades e a cultura cívica, confiança, reciprocidade e solidariedade (capital social) são a chave do sucesso para o desenvolvimento e para a democracia.

Compreende-se que cultura é a somatória de toda vida social humana, qualificada por sua magnitude grupal, pois aos valores, às crenças e aos costumes perpassados de pai para filho são acrescentadas novas idéias, ocasionadas pela evolução tecnológica, pela reflexão filosófica do viver inerente a cada indivíduo, cuja consciência crítica permite o desenvolvimento e

o progredir em todos os seus sentidos, beneficiando a sociedade e/ou comunidade onde se vive, fortalecendo sua identidade cultural.

Entendendo que cultura refere-se a um “conjunto de atividades e crenças que uma comunidade adota para enfrentar os problemas impostos pelo meio ambiente [...] roupas, alimentos, religião, valores, língua, símbolo, formas autóctones de tomar decisões e de exercer o poder, atividades produtoras e relações econômicas, entre outras” (KASHIMOTO, 2002. p. 35), não é difícil compreender que não se propõe uma gestão pública a um grupo senão a partir dele mesmo.

Os aspectos aqui analisados deixam entrever que:

A cultura popular local por ser oriunda das relações profundas entre a comunidade do lugar e o seu meio (natural e social), simboliza o homem e seu entorno, implicando um tipo de consciência e de materialidade social que evidencia o grau de afeição ou apego a um lugar; esse é um fator de extrema importância para o desenvolvimento local, posto que permite a configuração da Identidade do Lugar e de sua população (KASHIMOTO, 2002, p.36).

Importante se faz considerar a cultura, no sentido de identidade cultural, como um fator de enriquecimento das políticas sociais com o propósito de beneficiar as comunidades, promovendo suas potencialidades endógenas, a fim de melhorar a qualidade de vida dos indivíduos, perpetuando seus costumes.

Entendendo que as políticas sociais públicas devem, no exercício de suas funções, reconhecer e respeitar a cultura local como potencialidade endógena de cada região, como forma de promover o desenvolvimento humano e social a que se destinam, a autora dialoga com pensadores que versam sobre assistência social, cultura local e desenvolvimento local a fim de contribuir para a compreensão da importância de se estabelecer políticas sociais que considerem a identidade cultural de cada comunidade ou povo como fator primordial para o desenvolvimento local.

De acordo com Milton Santos (2000, p. 110),

é a partir do espaço geográfico que se dá a solidariedade orgânica; tais atividades, não importa o nível, devem sua criação e alimentação às ofertas do meio geográfico local [...] na verdade, mudadas as condições políticas, é nesse espaço banal que o poder público encontraria as melhores condições para sua intervenção. Trata-se, aqui, da produção local de uma integração solidária, obtida mediante solidariedades horizontais internas, cuja natureza é tanto econômica, social e cultural como propriamente geográfica. A sobrevivência do conjunto, não importa que os diversos agentes tenham interesses diferentes, depende desse exercício da solidariedade, indispensável ao trabalho, e que gera a visibilidade do interesse comum.

Tais referências permitem inferir a idéia de que para haver Desenvolvimento Local é determinante o reconhecimento das características de cada território, dos grupos sociais existentes no local, das ações de negociação que visem a novas construções de interesse comum, por interesse público.

Pelo mesmo viés, Zapata (2006, p. 1) evidencia que

o desenvolvimento local/endógeno é um processo de crescimento econômico e de mudanças de paradigmas, liderado pela comunidade local ao utilizar seus ativos e suas potencialidades, buscando a melhoria da qualidade de vida da população.

Em tal perspectiva, não há como trabalhar desenvolvimento local isoladamente, há que se considerar a cultura local objetivando êxito visto a fundamental atuação da comunidade local.

As atividades econômicas instaladas no local deverão, necessariamente, respeitar a identidade cultural, somente assim contribuirão com a melhoria da qualidade de vida da comunidade/localidade. Despertará também, nos trabalhadores, o sentimento de pertença ao território provendo as garantias de sobrevivência do homem, bem como, o desenvolvimento como um todo.

Pode-se afirmar, então, que o desenvolvimento local não se restringe apenas ao âmbito econômico, mas, e principalmente, ao social, ambiental, cultural, político e humano.

Bittar (1999) destaca que a miséria de uma localidade deve ser vista como um produto social, não apenas uma causa dos problemas sociais cujas raízes encontram-se nas relações econômicas, sociais e políticas na qual se insere. A exclusão social revela-se na falta de abrigo, na fome, na dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, alastrando-se por meio da má distribuição de renda do próprio sistema.

Atualmente, projetos governamentais e não-governamentais são desenvolvidos, buscando melhorar a qualidade de vida da população e reverter o quadro de extrema pobreza em que se encontram. Entretanto, formas solidárias de relacionamento entre pobres e ricos são ações paliativas que não solucionam o problema. Importante se faz permitir que essa população empobrecida tenha acesso a bens, serviços, conhecimento, arte, cultura, bem como, ofereça suas produções, passando a ser dignamente reconhecida por seu patrimônio cultural, elevando-lhe a auto-estima.

A cultura e o capital social estão imbricados nas dificuldades da realidade local. Há, no cerne do capital social, múltiplos elementos do campo da cultura. Putnam (1996) refere-se ao capital social como as relações entre os atores sociais que mutuamente constroem obrigações e expectativas, estimulam a confiança nas relações sociais e agilizam o fluxo de informações. Sua atuação é positiva quando contribui para a melhoria da qualidade de vida da comunidade, atuando na prevenção criminal, protegendo o indivíduo dos efeitos do isolamento social, colaborando com a redução do risco de acidentes mortais, suicídio e homicídio, por exemplo.

Quanto aos efeitos negativos do capital social, Portes (2006, p. 149) argumenta que:

a sociabilidade é uma faca de dois gumes. Se pode ser fonte de bens públicos, como os celebrados por Coleman, Loury e outros, pode também levar a “males públicos”. Famílias da Máfia, círculos de jogo e de prostituição, e *gangs* juvenis oferecem muitos exemplos de como o encastramento em estruturas sociais pode ser transformado em resultados socialmente indesejáveis.

Seria oportuno lembrar que o capital social negativo pode já estar inserido em uma determinada comunidade, sendo então fruto da exclusão social, como também pode advir de políticas assistencialistas, nas quais o indivíduo é *sujeito passivo*, sem a devida valoração do seu potencial cultural e criativo.

O autor propõe ainda que “a virtude cívica é o factor que diferencia as comunidades bem governadas das que são mal governadas. Dificilmente poderia ser de outro modo, dada a definição da variável causal” (2006, p. 151).

O capital social positivo exerce importante papel, pois estimula nos indivíduos da comunidade a solidariedade e a superação das falhas do mercado por meio de ações coletivas. Desse modo, para atingir a emancipação social, é primordial a atuação dos sujeitos que serão beneficiados bem como a valorização da cultura local.

Pouco adiantará combater a desigualdade social se as ações da Assistência Social não estiverem embasadas na cultura local. O fortalecimento e a mobilização da cultura local podem exercer papel fundamental no sucesso das políticas e projetos voltados para superação do estado de pobreza e inclusão social de populações marginalizadas e excluídas.

A cultura constitui o âmbito no qual a sociedade gera valores e os transmite de geração a geração. Valores positivos favorecem a equidade e a justiça social, na medida em que permeiem os grupos e as instituições sociais, desde a escola e os lugares de trabalho até os tribunais de justiça. Constituem fatores propícios ao espírito empreendedor coletivo e, assim, ao desenvolvimento democrático e participativo.

Kashimoto (2002) manifesta a idéia de que a afirmação da identidade cultural corrobora para a escolha de soluções coletivas com seus conhecimentos acumulados e aplicados em projetos de integração social.

Em que pesem as idéias sustentadas por Yazbek (1999, p. 70), é preciso ressaltar que ao se aproximar do universo dos usuários dessa política “é fundamental, portanto, que se considere a diversidade interna das classes

subalternas, seus limites, fragilidades e sua força como constitutivos de sua própria condição de classe”.

Sabe-se que o capital social é envolto por valores culturais, assim, a Assistência Social deve considerar a cultura local, fomentando, o resgate da auto-estima de grupos e populações marginalizadas com o intuito de estimular a criatividade e o espírito de cooperação, uma vez que:

A promoção da cultura popular, a abertura de canais para sua expressão, seu cultivo nas gerações jovens [...] cria um clima de apreço genuíno por seus conteúdos, fará crescer a cultura e, com isso, devolverá a identidade aos grupos empobrecidos (KLIKSBURG, 2001, p.142).

Somente por meio de ações que busquem reduzir as desigualdades sociais e econômicas, e estimular a consciência cívica é que a Política Pública de Assistência Social, valendo-se das habilidades e características locais, conseguirá reforçar a auto-imagem do indivíduo como cidadão consciente de suas responsabilidades e capacidades.

Nessa perspectiva, é a cultura um dos principais vetores que impulsionam o desenvolvimento endógeno de uma localidade. Por ser um elemento vivo, isto é, compõe-se de manifestações cotidianas, é influenciada pelo capital social local.

Em se falando de Desenvolvimento Local, há que se considerar que a Assistência Social deva promover a independência financeira das pessoas em uma comunidade, por meio de projetos de recolocação no mercado de trabalho, evocando suas potencialidades, para que a cultura local não seja deteriorada ou, até mesmo, venha a perder seus parâmetros éticos culminando no capital social negativo.

Vive-se atualmente um período de mudança de paradigmas. Não há mais espaço para uma política assistencialista que persista apenas em prover as necessidades básicas, sem estimular a emancipação dos indivíduos que dela fazem uso, é indispensável fomentar a reflexão filosófica do viver, inerente a cada indivíduo, uma consciência crítica que permita o desenvolvimento em

todos os seus sentidos, beneficiando a sociedade e/ou comunidade onde se vive na qual traz a idéia da identidade cultural.

Visto que a gestão democrática vai além das inovações tecnológicas, exigindo considerar as desigualdades socioterritoriais, como assinala Thierry Verhekst em *O Direito à Diferença*, em 1992, “a melhor ajuda para a libertação de um povo é aquela direcionada para a conservação e recuperação da sua identidade, de sua cultura” (*In*: KASHIMOTO, 2002, p.36).

Dessa forma, o capital social, ou seja, as relações informais e de confiança que fazem com que as pessoas atuem conjuntamente em prol de um bem comum “[...] é fundamental para que novas e velhas organizações da sociedade civil possam prosperar e dar oportunidade de participação aos que ainda carecem de engajamento ou de proteção” (D’ARAUJO, 2003:45).

Assim concebida, a Assistência Social buscará evidenciar um desenvolvimento social e econômico integral, fundamentado no respeito e fomento à cultura local, visando alcançar a sustentabilidade local e o fortalecimento da organização social, suscitando cooperadores locais que gerem emprego e renda. Em tal perspectiva, haverá o resgate da identidade cultural, melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento da cultura cidadã.

Trata-se, então, de um desafio transformar práticas fragmentadas em referendos de cidadania, favorecendo a emancipação social dos grupos atendidos, pois é no âmbito local que se encontram os elementos capazes de orientar o planejamento das ações socioassistenciais.

Sabia que religião é uma linguagem? Um jeito de falar sobre o mundo. Em tudo, a presença da esperança e do sentido. Religião é tapeçaria que a esperança constrói com palavras. E sobre estas redes as pessoas se deitam.

- Rubem Alves, 1988 –

2 A COMUNIDADE ESPÍRITA AMOR E CARIDADE – CEAC EM CAMPO GRANDE – MATO GROSSO DO SUL

O que leva os seres humanos a construírem uma religião? Em nosso referencial bibliográfico, utilizamos autores que versam sobre esse assunto, em um diálogo no qual ratificam e contrapõem seus conceitos, enriquecendo esta pesquisa.

Rubem Alves (1988, p. 33) traz a essa pergunta a reflexão contraditória, indicando que, ao mesmo tempo em que demonstra ser uma "revelação dos deuses, [...] também denota uma neurose obsessiva da humanidade".

O autor argumenta que por mais enigmática que possa parecer a compreensão da religião bem como suas origens, não há uma cultura sequer que não a produza.

Não sabemos nem onde e nem quando o homem teve, pela primeira vez, uma experiência religiosa. Cremos, entretanto, que a primeira experiência religiosa marca a transição do macaco nu para o homem. Surgiu naquele momento uma maneira inexplicável de ser perante o mundo, um novo tipo de consciência. Diferentemente do animal que aceita a natureza como o seu limite e adapta-se a ela, o homem passa a rejeitá-la como estrutura final em cuja interioridade se encontra preso (ALVES, 1988, p. 117).

Em análise divergente, Ludwig Feuerbach (1989, p. 8) em *Preleções sobre a Essência da Religião*, afiança que "o nosso pensamento sobre Deus é pensamento sobre nós mesmos. A religião é o espelho dos homens".

Hippolyte Leon Denizard Rivail, cientista francês que futuramente veio a ser conhecido pelo pseudônimo de Allan Kardec, codificador da doutrina espírita, afirma que espiritismo é ciência e adverte aos seus adeptos que se porventura algum dia a ciência desmentir tal doutrina, optem pela ciência.

Sobre esse aspecto, Tillich (1985, p. 51) propõe que a razão é condição *sine qua non* para a fé, “êxtase é razão realizada e não razão quebrada [...] razão é pressuposição da fé e fé preenche a razão”.

Birck (1993) destaca em Rudolf Otto que o sagrado é constituído por dois elementos “o não-racional (objeto) e, [...] o racional (predicado). Significa dizer que o objeto próprio do sagrado é o numinoso (não-racional) que é esquematizado por predicados racionais e morais”.

Para a compreensão da reflexão de Rubem Alves citada, é de grande relevância apontar aqui o entendimento de Berger (2004) ao afirmar que o mundo é socialmente construído, um não existe sem o outro, “a sociedade é produto do homem e [...] o homem é produto da sociedade”. Tal afirmativa reflete o carácter essencialmente “dialético do fenómeno social”, no entanto, “todos os mundos socialmente construídos são intrinsecamente precários”; na visão do autor a socialização serve para atenuar as ameaças do humano ao seu mundo.

Com relação às idéias propostas por Berger

existe ainda outro processo centralmente importante que serve para escorar o oscilante edifício da ordem social. É o processo da legitimação [...] o saber socialmente objetivado que serve para explicar e justificar a ordem social [...] a religião foi historicamente o instrumento mais amplo e efetivo de legitimação [...] tão eficaz porque relaciona com a realidade suprema as precárias construções da realidade [...] (BERGER, 2004, p. 15, 16, 42 e 45).

2.1 UM OLHAR SOBRE A DOUTRINA ESPÍRITA

Falar a respeito da Comunidade Espírita Amor e Caridade - CEAC e dos Postos de Assistência Centro Espírita Francisco Thiesen e Associação Espírita Anália Franco, implica comentar do que trata a Doutrina Espírita. O senso comum interpreta espírito como aquilo que é imaterial, e *espiritismo* como: doutrina cujos partidários pretendem provocar a manifestação dos espíritos [...] e entrar em comunicação com eles, através de um mediador a que chamam médium (KOOGAN/HOUAISS, 1993, p.337).

Por outro viés, o Evangelho segundo o Espiritismo afirma que é:

a nova ciência que vem revelar aos homens, por provas irrecusáveis, a existência e a natureza do mundo espiritual, e suas relações com o mundo corporal; ele no-lo mostra, não mais como uma coisa sobrenatural, mas, ao contrário, como uma das coisas vivas e incessantemente ativas da Natureza, como a fonte de uma multidão de fenômenos incompreendidos, até então atirados, por essa razão, ao domínio do fantástico e do maravilhoso [...] O Espiritismo é a chave com a ajuda da qual tudo se explica com facilidade. (KARDEC, 1988, p. 36)

Ressalta Rocha (2007, p. 32) que tal doutrina possui tríplice aspecto, a saber: científico, filosófico e religioso. O primeiro “não estabelece com o princípio absoluto senão o que se acha evidentemente demonstrado logicamente da observação”. Segundo seus seguidores, independentemente da humanidade crer ou não no espiritismo, ele existe, assim como todas as leis naturais que regem o universo.

Sua força filosófica encontra-se no apelo à razão e ao bom senso em “compreender como as coisas e os fatos se ordenam”, está fundamentado na incessante busca do ser humano por explicar seus problemas, sua origem e destino.

O autor sublinha que no momento em que o ser humano “pergunta, interroga, cogita, quer saber o ‘como’ e o ‘porquê’ das coisas, dos fatos, dos acontecimentos [...] dá origem à [...] FILOSOFIA, que mostra o que são as coisas e porque são as coisas o que são” (*ibid*, 2007, p. 33).

Quanto ao aspecto religioso, assevera que:

é uma doutrina filosófica de efeitos religiosos como qualquer filosofia espiritualista, pelo que forçosamente vai ter as bases fundamentais de todas as religiões: Deus, a alma e vida futura. Mas não é uma religião constituída, visto que não tem culto, nem rito, nem templos e que, entre seus adeptos, nenhum tomou, nem recebeu o título de sacerdote ou de sumo-sacerdote (*ibid*, 2007, p. 29).

Assim, é entendida como um sistema de símbolos que por meio da ciência e da filosofia vincula-se à Terra, e ao céu por sua categoria religiosa.

Por entender relevante, esta pesquisadora faz aqui uma breve diferenciação entre o Espiritismo Kardecista e o Espiritismo de Umbanda. Para isso, buscou-se fundamentação teórica na Federação Espírita Brasileira (FEB)

e em Tina Gudrun Jensen no *Discursos sobre as religiões afro-brasileiras - da desafricanização para a reafricanização*.

Ao ser interrogada quanto a similaridade entre o Espiritismo Kardecista e o de Umbanda, a FEB pondera que o Espiritismo é uma doutrina que surgiu na França, em 1857, cujo fundador foi Allan Kardec, enquanto que a Umbanda é uma doutrina espiritualista de origem africana.

Para melhor compreensão dessa distinção, necessário se faz uma retrospectiva histórica: no Brasil, o Kardecismo encontrou simpatizantes entre os membros da classe média branca, imigrantes europeus, especialmente médicos, advogados, intelectuais e oficiais do exército. A burguesia intelectual branca do sudeste brasileiro tinha na França o maior expoente cultural, assim sendo, não é difícil assimilar a admiração dessa mesma burguesia pelas considerações do cientista francês Hippolyte Léon Denizard Rivail, codificador do Espiritismo.

Por outro viés, com a colonização portuguesa no Brasil, deu-se início à grande miscigenação de povos/etnias o que continua sendo uma característica da população brasileira. Esse fato faz do Brasil “uma sociedade pluriétnica” (JENSEN, 2001, p. 1).

Segundo Tina Jensen (2001), entre os séculos XVI e XIX, foram trazidos da África para o Brasil aproximadamente 3.600.000 escravos que, dessa feita, a população negra tornara-se maior que a branca, contudo a esta cabia o privilégio de legislar sobre o país.

Apesar de o regime escravagista ter separado famílias e espalhado grupos étnicos pelo Brasil, os escravos conseguiram manter alguns laços com sua herança cultural, graças à política de “dividir para governar”, na qual os portugueses separaram os escravos em diferentes *nações*.

Esse fato foi determinante na formulação do conceito de *nação* entre os negros que, diante da necessidade de manterem sua identidade, desenvolvem mecanismos para manutenção de sua cultura e tradições religiosas.

Apesar de proibidos de suas práticas religiosas, além de continuarem com sua língua materna, havia entre eles líderes religiosos que os ajudaram a manter suas tradições. “Na África, cada divindade preside um aspecto da

natureza e uma família em particular. No Brasil, como a escravidão dividiu as famílias, eles se tornaram protetores dos indivíduos” (*ibid*, 2001, p. 2).

As tradições religiosas africanas influenciaram as religiões afro-brasileiras, tendo no culto aos *Orixás* e *Voduns* reconhecida importância, pois exatamente nas festas oferecidas a essas entidades encontrava-se o ápice das religiões afro aqui desenvolvidas. Vale lembrar que essas festividades envolviam possessões de divindades e sacrifícios de animais.

Enquanto as religiões afro-brasileiras concentravam-se no nordeste brasileiro, outra corrente religiosa surgia no sudeste, a Umbanda, uma nova religião brasileira, cujo fundador

é frequentemente identificado com um homem chamado Zélio de Moraes, do Rio de Janeiro. Zélio era branco, classe média, e filho de um espírita kardecista. Ele afirma que em 1920 o espírito de um padre jesuíta se revelou a ele e lhe disse que ele seria o fundador de uma nova religião, genuinamente brasileira que seria dedicada a dois espíritos brasileiros: O *Caboclo* e o *Preto Velho*. Estes eram precisamente os dois tipos de espíritos que haviam sido rejeitados como inferiores pelos kardecistas. Nos meados dos anos 20, Zélio fundou seu primeiro centro de Umbanda em Niterói e nos anos seguintes vários outros centros de Umbanda foram fundados por iniciativa do povo lá. (JENSEN, 2001, p. 6 e 7)

Muitos governadores envolveram-se com o movimento kardecista, razão pela qual era menos estigmatizada que o Espiritismo Afro-brasileiro, todavia, sentia a perseguição da Igreja Católica e do governo republicano, sob a justificativa de praticar ilegalmente a medicina.

Em seus estudos, Tina Gudrun Jensen identifica uma diferenciação entre “*baixo espiritismo* que era relacionado com as religiões afro-brasileiras e a população negra do setor mais baixo e o *alto espiritismo* que estava relacionado ao Espiritismo Kardecista e à população branca dos setores mais altos” (NEGRÃO 1993, *apud* JENSEN 2001, p. 4).

No Espiritismo Kardecista brasileiro, os conceitos de reencarnação estavam associados aos astecas, egípcios e chineses, civilizações consideradas mais desenvolvidas, enquanto que espíritos de índios e africanos participavam dos ritos afro-brasileiros e, por serem identificados como espíritos inferiores, não eram evocados em sessões espíritas kardecistas.

Estudos demonstram que o movimento Espírita Kardecista diferencia-se da Umbanda por seus princípios filosófico-científicos. Delimitamos, assim, o espaço religioso em que foi realizada esta pesquisa, a Comunidade Espírita Kardecista.

O Espiritismo surge enquanto corpo doutrinário, a partir de obras publicadas na França por Allan Kardec, são elas:

1. *O Livro dos Espíritos* (1857);
2. *O Livro dos Médiuns - ou Guia dos Médiuns e dos Doutrinadores* (1861);
3. *O Evangelho Segundo o Espiritismo* (1864);
4. *O Céu e o Inferno - ou Justiça Divina Segundo o Espiritismo* (1865);
5. *A Gênese - os Milagres e as Predições Segundo o Espiritismo* (1868).

Dentre as obras acima, vale ressaltar o *Livro dos Espíritos*, marco e expressão da codificação espírita que, em 2007, completa 150 anos.

Por se tratar de uma religião letrada e codificada, tem na leitura e no estudo um lugar de extrema relevância. “Essa codificação é o que unifica em sua visão o Movimento Espírita, permitindo assim, sua distinção de outras formas de espiritismo” (CAVALCANTE, 1983, *apud* PIETRUKOWICZ, 2001).

É perfeitamente compreensível a afirmação que fazem os kardecistas quanto à verdade dos fatos:

Para podermos crer na verdade, antes de mais nada, precisamos compreender aquilo em que devemos crer. A crença sem raciocínio não passa de uma crença cega, de uma credence ou mesmo de uma superstição. Antes de aceitarmos algo como verdade, devemos analisá-lo bem. O mal de muita gente é acreditar facilmente em tudo que lhe dizem, sem cuidadoso exame. [...] nas palavras de Kardec “Fé inabalável é aquela que pode encarar a razão face a face, em todas as épocas da humanidade” (INICIAÇÃO AO CONHECIMENTO DA DOUTRINA ESPÍRITA, 2005, p.12).

2. 2 SOTERIOLOGIA ESPÍRITA

A Soteriologia é a parte da Teologia que se dedica ao estudo da salvação espiritual do ser humano, do grego *sotérion* [sic] quer dizer salvação e *logia*, estudo.

Lamartine Palhano Junior em *Teologia Espírita* (2004, p. 344 e 345) argumenta que “no grego clássico, *soteria* [sic] significa *livramento* ou

preservação. O termo pode ser usado a respeito da volta de um homem, em segurança, para seu próprio lar ou país, depois de uma ausência e uma viagem”, fato que permite deduzir a relação entre salvação e encarnação afiançada pelo Espiritismo.

Encarnar significa revestir-se de um envoltório corporal, denominado *espírito encarnado* ou *espírito errante*, este representando os intervalos entre as diferentes encarnações.

Ao contrário do que advogam alguns, a encarnação não foi um recurso utilizado por Deus para que os espíritos “paguem” pelos seus pecados, antes, uma oportunidade do espírito, que é imortal, aprender as leis divinas, físicas e morais. Ela pode acontecer na Terra ou em outro mundo. “Ao conceito de encarnação segue-se o da **reencarnação**, que complementa toda essa questão, com profundos favorecimentos para a compreensão dos objetivos divinos” (PALHANO, 2004, p. 332).

Sem caráter punitivo e sim educativo, a reencarnação ressalta a misericórdia divina para com a humanidade, deixando sempre a “porta aberta” para um recomeço, uma reparação, “revela-nos Deus tal qual Jesus no-Lo mostrou: amor, justiça e misericórdia”. (CAJAZEIRAS, 2002, p. 45)

Palhano (2004, p. 333) manifesta a idéia de que, na concepção espírita, a salvação é a “iluminação do coração do homem, para que saia de sua infância espiritual e progrida para Deus”.

Por se tratar de uma doutrina progressista, não crê em favores gratuitos concedidos por Deus, antes, entende que a graça divina é outorgada a alguém após grande esforço pessoal. A idéia de recompensa no Espiritismo está relacionada ao trabalho moral realizado, “estado de graça, em verdade, é a paz espiritual alcançada por um espírito, desencarnado ou encarnado, após todo um processo evolutivo de progresso” (*ibid*, 338).

No entendimento desse autor a “cristandade” advoga a salvação pela fé e conseqüente punição eterna aos que não se conformam com o pensamento e dogma cristãos, pondera ainda que o Espiritismo, ao contrário, tem na Lei da Evolução, amplamente explicada pela Lei da Reencarnação, a verdade a esse respeito:

todos os espíritos são nascidos de Deus para a felicidade. Alguns, ao escolherem os caminhos do *orgulho* e do *egoísmo*, retardam sua evolução por seu próprio livre-abítrio; mas Deus tem recursos para educá-los e paciência suficiente para esperá-los. (PALHANO, 2004, p. 340)

Não poucas vezes o termo salvação tem sido empregado para designar livramento do inferno; na Doutrina Espírita, inferno não existe, pois se assim fosse Deus não estaria manifestando sua misericórdia, que se expressa por meio da evolução moral, com esforço individual para conceder ao homem a oportunidade de “acertar sua condição de equilíbrio espiritual diante das leis de Deus, da consciência, das leis morais da vida” (*ibid*, 2004, p.345), o ser humano poderá experimentar algumas amarguras, jamais o sofrimento eterno. Penas eternas não existem, apenas a educação para a vida em plenitude.

Salvação para os espíritas significa elevar-se moralmente, traduzindo a idéia de iluminar-se a si mesmo. Os seguidores de Kardec asseveram que “fora da caridade não há salvação”. Não apenas no ato de fazer o bem ao próximo, mas e principalmente, na perspectiva de evolução das espécies e dos mundos, nesse caso, do planeta Terra.

As eventualidades da vida corporal, pelas quais se tem a oportunidade de purificação, não devem ser consideradas um castigo divino, uma vez que na condição de espírito desencarnado, por meio do livre-arbítrio, cada um escolhe a *prova* a que irá submeter-se para alcançar sua evolução intelectual, moral e espiritual.

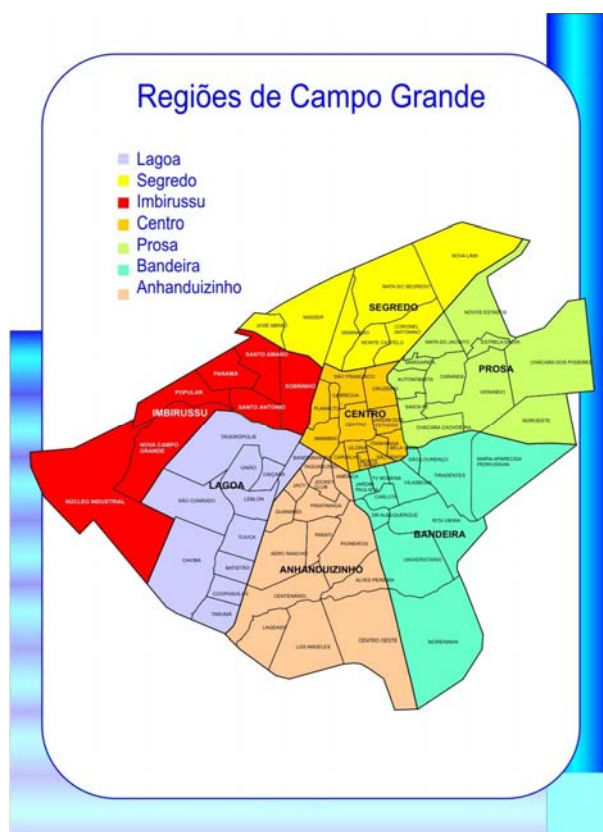
Acompanhando as idéias propostas por Cajazeiras (2002, p. 77), pode-se dizer que, para os espíritas, a verdadeira religião impulsiona a humanidade ao exercício do amor incondicional ao outro, consola ao lembrar que há sempre ocasião favorável para um recomeço, e é aquela que forma homens e mulheres menos orgulhosos e ambiciosos, aproxima-os de Deus por meio do amor que é devotado aos “companheiros da estrada da vida”, finalmente, liberta de preconceitos por conduzir ao entendimento de que “diversos são os caminhos que nos levam ao Criador, mas um só é o *modus operandi* – a Caridade”, expressão, em atos, de todos os preceitos divinos.

2.3 CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE ESPÍRITA AMOR E CARIDADE – CEAC E DOS POSTOS DE ASSISTÊNCIA CENTRO ESPÍRITA FRANCISCO THIESEN E ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA ANÁLIA FRANCO

Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul, domicílio das entidades pesquisadas, é dividida por sete regiões urbanas, são elas: Lagoa, Segredo, Imbirussu, Centro, Prosa, Bandeira e Anhanduizinho.

Esta pesquisa foi realizada em três comunidades espíritas: a Comunidade Espírita Amor e Caridade - CEAC, na região do Imbirussu, e os Postos de Assistência Centro Espírita Francisco Thiesen, e a Associação Espírita Anália Franco, ambos na região do Anhanduizinho

Mapa 1 - Campo Grande//MS



FONTE: <http://www.camaraonline.ms.gov.br>

Importante se faz destacar que as três Comunidades pesquisadas não são interligadas, ou seja, uma não é produto da outra como no caso das Comunidades Católicas quando da existência de Paróquia e Congregação.

O motivo pelo qual esta pesquisadora estendeu suas análises para os Postos de Assistência está fundamentado nas entrevistas, uma vez que ao questionados sobre a relação Centro Espírita x Comunidade todos os entrevistados citaram os Postos Anália Franco e Francisco Thiesen como exemplos para esta relação.

Outro importante aspecto a ser descrito é quanto ao caráter dessas Instituições religiosas, todas filantrópicas.

2. 3. 1 Comunidade Espírita Amor e Caridade – CEAC

Localizada na rua Eunice Weaver, 569, Bairro Santo Antônio. Inicialmente, os trabalhos da CEAC eram realizados na casa do Sr. Otávio Oliveira dos Santos, tio da entrevistada, Sr^a Isaura, membro mais antigo do CEAC, segundo ela, seu tio era um homem muito caridoso, recebia em sua casa pessoas à procura de orações e palavras de consolo.

À medida que aumentou o número de pessoas a procurá-lo, sentiu a necessidade de reservar um espaço específico para esse fim, e foi assim que o Sr. Otávio mudou-se para uma casa nos fundos do mesmo terreno e deixou a sala da frente para atendimento público. Mais tarde essa sala passou por reformas para melhor atender o público.

[illegible]

Com o crescimento desses atendimentos públicos, o Sr. Otávio solicitou ajuda a seus parentes que, por sua vez, buscaram apoio da Sr^a. Janete, uma kardecista bastante experiente, que teve como princípio norteador a implantação do Estudo Sistematizado da Doutrina Espírita, pois até aquele momento os trabalhos contavam com a dedicação leiga de seus membros.

Aos 26 dias do mês de abril de 2004, funda-se oficialmente, o Centro Espírita Amor e Caridade - CEAC, devidamente registrado em cartório.

Figura 1 - Placa de Identificação do CEAC



Foto de: Edilene Xavier Rocha Garcia/ junho / 2007.

Otávio Oliveira dos Santos faleceu em 13 de abril de 2006, todavia, as atividades no CEAC continuam crescendo desde a sua fundação.

Segundo relato da entrevistada, as pessoas que freqüentavam o Centro naquela época deixaram de fazê-lo logo que as atividades foram organizadas segundo a Federação Espírita Brasileira, ou seja, foram separados os dias de Palestra Pública dos dias de Estudo Mediúnico e de Desobsessão, segundo ela, essas pessoas estavam apenas à procura dos fenômenos mediúnicos que passaram a ser tratados em sessão fechada.

Formalizada a fundação dessa instituição religiosa, em sessão plenária com os associados, ficou estabelecida a criação de departamentos com o propósito de melhor organizar as atividades, são eles:

- DESDE: Departamento de Estudo Sistematizado e Divulgação Espírita

Atribuições: Coordenar todas as atividades referentes ao estudo sistematizado da Doutrina Espírita, bem como divulgar o movimento espírita em conformidade com as Federativas (FEB E FEMS, respectivamente, Federação Espírita Brasileira e Federação Espírita do Estado de Mato Grosso do Sul), e articular os mecanismos da biblioteca na instituição;

- DED: Departamento de Ensino Doutrinário

Atribuições: Coordenar as atividades relacionadas ao estudo dos médiuns e iniciantes na instituição, bem como ministrar cursos de capacitação e aperfeiçoamento junto à Federação; coordenar o curso de educação mediúnica (seus dirigentes e participantes); coordenar os estudos periódicos dos médiuns da Comunidade. Zelar pela escala mensal dos palestrantes e os temas doutrinários a serem abordados nas reuniões públicas;

- DAE: Departamento de Assistência Espiritual

Atribuições: Zelar pela organização das escalas, disciplinas e o bom andamento dos trabalhos de: passe, fluidoterapia, evangelho no lar, e reuniões mediúnicas no Centro Espírita, bem como, o

aprimoramento de seus participantes e dirigentes, integrantes ao DED e ao DESDE;

- DT: Departamento de Triagem

Atribuições: Coordenar os mecanismos de triagem e acolhida do simpatizante, paciente ou visitante no Centro Espírita; zelar pela escala de recepcionistas, entrevistadores e secretários para esse fim, em reuniões públicas;

- DPRZ: Departamento de Patrimônio, Receita e Zeladoria

Atribuições: Preservar os imóveis, máquinas e utensílios que guarnecem o Centro Espírita, bem como, assegurar para a sua manutenção, conforme Art. 3º deste Estatuto; proporcionar a higienização e zeladoria da Casa;

- DERP: Departamento de Relações Públicas

Atribuições: Promover Eventos Benéficos que visam suprir as necessidades de recurso no Centro Espírita; confraternizar os associados além de estender as relações públicas da instituição com a comunidade local, divulgando seus eventos e acolhendo-a com a sua programação social.

Para fins de cumprir seus objetivos, esta investigação focalizou-se no DESDE, Departamento de Estudo Sistematizado e Divulgação Espírita e na Campanha de Fraternidade Auta de Souza.

A Campanha de Fraternidade “Auta de Souza” é um dos instrumentos de que se valem os Centros Espíritas para a realização da assistência social e a propagação do Evangelho de Jesus. Tem por objetivo a prática da caridade, material, moral e espiritual.

É uma campanha de rua que se destina a levar os ensinamentos de Jesus, por meio da Doutrina Espírita, aos lares visitados de porta em porta, sob a forma de uma palavra de conforto, divulgar todas as atividades do Centro, aumentando assim o número de freqüentadores e angariar donativos para as famílias carentes que procuram auxílios nas Casas Espíritas.

Insere-se num contexto maior: a CONCAFRAS PSE - Campanha de Fraternidade Auta de Souza - Promoção Social Espírita, é um encontro anual de trabalhadores espíritas cuja finalidade é dinamizar as Campanhas de Fraternidade Auta de Souza.

Acontece há quarenta e oito anos, ininterruptamente e não tem sede definitiva, sempre no período de Carnaval e em cidades alternadas. Trata-se de uma caravana de trabalhadores espíritas. A CONCAFRAS PSE oferece os seguintes cursos:

Trabalhando com a Criança;
Evangelização para Crianças de 0 a 6 anos;
Evangelização para crianças de 7 a 11 anos;
Trabalhando com portadores de Necessidades Especiais;
Trabalhando com a Família;
Cursos Espíritas para Assistidos;
Exposição Oral;
Como Aplicar Cursos na Casa Espírita;
Centro Espírita: Uma Proposta de Formação de Trabalhadores;
Como Implantar Palestras Simultâneas na Reunião Pública;
Culto do Evangelho no Lar;
Esperanto e Espiritismo;
Recursos Didáticos para os Cursos no Centro Espírita;
Cursos para Instrutores na Casa Espírita;
O que é o Espiritismo;
Trabalhando com o Jovem (Estrutura e Funcionamento da Mocidade);
Arte e Assistência;
Recursos Didáticos na Mocidade;
Promoção Social do Adolescente;
Campanha de Fraternidade Auta de Souza;
Lar de Crianças;
Posto de Assistência;
Trabalhando com o Assistido;

Casa da Mãe Gestante;
Lar de Idosos;
Alcoolismo;
Suicídio;
Adulto de Rua;
Recuperação de Dependentes Químicos;
Imprensa Espírita;
Rádio Espírita;
Trabalhando na Divulgação Espírita;
Campanha Contra o Aborto;
Curso para Expositores Espíritas;
Funcionamento da Mediunidade no Centro Espírita;
Corrente Magnética;
Hospital Espírita de Saúde Mental;
Recepção e Triagem no Centro Espírita;
Organização Administrativa do Centro Espírita;
Medicina Natural e Espiritismo;
Escola Espírita;
Formando Evangelizadores da Infância;

Por sua relevância, evidenciou-se neste trabalho uma das vertentes da CONCAFRAS PSE, os Postos de Assistência.

Figura 2 - Comunidade Espírita Amor e Caridade – CEAC - Vista de frente



Foto de: Edilene Xavier Rocha Garcia/ junho / 2007.

Figura 3 - Reunião Introdutória às Atividades do Sábado



Foto de: Edilene Xavier Rocha Garcia / março / 2007.

Nas atividades do sábado, inicialmente, o grupo se reúne ao som do violão para cantar músicas de cunho religioso e também pedagógico, pois a primeira atividade nos dias de sábado é a Evangelização Infantil, trabalho considerado de fundamental importância, uma vez que fomenta aspectos morais, valores como solidariedade, comunhão, altruísmo, responsabilidades cívicas, encontrando nos pequeninos espaço privilegiado. Para os espíritas,

alcançar uma sociedade mais justa e equânime está diretamente proporcional à capacidade de seus cidadãos desenvolverem tais aspectos.

Figura 4 - Evangelização Infantil



Foto de: Edilene Xavier Rocha Garcia / março / 2007.

A Campanha de Fraternidade Auta de Souza, realizada aos sábados das 15h30min às 17h, tem por objetivo divulgar os trabalhos do Centro Espírita à comunidade localizada no entorno, bem como angariar donativos que são posteriormente doados às famílias assistidas pelo Centro.

Essa campanha acontece em três momentos distintos. Inicialmente, o grupo se reúne para fazer preces preparatórias, leitura do Evangelho Segundo o Espiritismo e leitura do Manual da Campanha de Fraternidade Auta de Sousa, momento em que são lembrados os objetivos da campanha e enfatizada a importância dos trabalhadores da Casa estarem, em todo o trajeto, em estado de introspecção e oração, para que tais objetivos não se confundam com uma atividade laica.

Figura 5 - Reunião Introdutória à Campanha de Fraternidade Auta de Souza



Foto de: Edilene Xavier Rocha Garcia/ março / 2007.

No segundo momento, os trabalhadores do Centro vão às ruas pré - estabelecidas, para a divulgação dos trabalhos da Casa e a coleta de materiais para doação, essa coleta se dá em dois espaços de tempo distintos, em uma semana é feita a panfletagem com os objetivos da campanha e avisado que na semana seguinte, no mesmo horário, um grupo de trabalhadores virá recolher os donativos.

Figura 6 – Lanche



Foto: Edilene Xavier Rocha Garcia /março / 2007.

Finalizando os trabalhos do dia, ao retornarem ao CEAC, organizam o que foi coletado, em seguida, o coordenador da campanha estende a palavra a todos os participantes para avaliação, reflexão e prece, com ênfase nessa última etapa, visando ao bem-estar dos trabalhadores, pois, segundo eles, durante as visitas às casas das pessoas, os trabalhadores poderão ser acompanhados por espíritos desencarnados que, ao retornarem à Casa, são informados das intenções desse trabalho e, posteriormente, disciplinados pelos médiuns, evitando obsessão aos voluntários da campanha.

ATIVIDADES DO CEAC

HORÁRIO	DIA DA SEMANA	ATIVIDADE
19h 30min	Segunda-Feira	Atendimento fraterno/ Palestra Pública/ Passe
19h 30min	Quarta-feira	Estudo Avançado da Doutrina Espírita
14h às 16h	Quinta-Feira	Confecção de Enxovais “Aconchego aos Pequenos de Maria de Nazaré”
19h 30min	Quinta-Feira	Estudo de Mediunidade- Sessão Fechada
19h 30min	Sexta-Feira	ESDE - Estudo Sistematizado da Doutrina Espírita
15h às 16h 30min	Sábado	Evangelização Infantil
15h 30min às 17h	Sábado	Campanha de Fraternidade Auta de Sousa
17h às 18h 45min	Sábado	Evangelização da Juventude: Aula de violão e Estudo
19h	Domingo	Sessão Fechada de Desobsessão

Fonte: Comunidade Espírita Amor e Caridade

Com a finalidade de transmitir essa prática às gerações futuras, uma vez por mês, a Campanha de Fraternidade Auta de Souza é realizada pelas crianças que são acompanhadas pelos adultos. Após os trabalhos de Evangelização infantil, dá-se o início à campanha, seguindo as três etapas já mencionadas.

Figura 7 - Campanha Auta de Souza realizada pelas crianças



Foto de: Edilene Xavier Rocha Garcia / junho / 2007.

2.3.2 Posto de Assistência: Centro Espírita Francisco Thiesen

Os Postos de Assistência são espaços em que se encontram os trabalhadores de todas as Casas Espíritas, independentemente do laço de pertencimento a uma Casa específica. É um ato de celebração à prática de suas crenças, à caridade, pois imbuídos do desejo de diminuir a dor do seu semelhante, iniciam uma atividade assistencial em comunidade determinada que revele tal necessidade. Em Campo Grande, figura com o nome de Posto de Assistência, mas tem outros nomes no Brasil.

Segundo relato do Sr. João Carlos Rosa, hoje presidente da instituição, assim surgiu, em 1993, o Centro Espírita Francisco Thiesen, à Av. Eng. Luthero Lopes, 565 - Jardim das Hortênsias-III, na região do Anhaduizinho, neste município.

Mapa 3 - Jardim das Hortênsias III – Centro Espírita Francisco Thiesen



FONTE: <http://mapas.yahoo.maplink2.com.br>

Por uma avaliação prévia, voluntários constataram que o bairro Jardim das Hortênsias necessitava desses serviços e, em seguida, dirigiram-se a esse lugar e ofereceram uma sopa, usando-a apenas como atrativo para se apresentarem aos moradores, bem como uma proposta de trabalho: a construção de uma escola.

Figura 8 – Centro Espírita Francisco Thiesen
Árvore simbolizando onde tudo começou



Foto de: Edilene Xavier Rocha Garcia/ setembro / 2007.

Deram início aos trabalhos em uma rua do Jardim da Hortênsias-III, embaixo de uma árvore, característica de iniciação de todos os Postos de Assistência.

A partir de 1994, passou-se a utilizar a sede da associação comunitária, posteriormente, a escola do bairro e, em 1997, organizaram-se como uma instituição. No final de 1997, em uma casa alugada, anexa a um conhecido bar da região, o bar do Zé, constituiu-se a primeira sede das Obras Sociais Francisco Thiesen.

Em 1998, foi implantado um núcleo de educação, um projeto de acompanhamento escolar, modalidade legalmente denominada pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, como ASEMA - Atendimento Socioassistencial em Meio Aberto, para atender a sessenta e oito crianças, em um local ainda bastante precário, segundo relata o entrevistado Sr. João Carlos Rosa.

Em 1999, receberam a doação da Prefeitura Municipal de Campo Grande de um terreno com uma área de 11.103 m² no qual deram início à construção da sede atual, desenvolvendo para isso um plano diretor de construção, que ainda hoje tem sido gradativamente implantando.

O número de crianças atendidas passa de sessenta e oito para cento e vinte com quem, de segunda à sexta-feira, desempenham atividades de acompanhamento escolar, visando à formação continuada, enquanto que nos finais de semana, dirigem suas atividades a toda a comunidade, com trabalhos de geração de renda para as mães, educação para prevenção de vícios para os jovens, e ainda, compondo as atividades de assistência do Centro Espírita, envolvendo sempre a comunidade, deram continuidade à discussão do projeto original: a escola.

A liderança privilegia o trabalho com as crianças de zero a onze anos, pois relatam que em todos os bairros nos quais introduziram os Postos de Assistência, essa faixa etária é a de maior receptividade.

Logo, dividiram o grupo em outras faixas etárias: acima de onze anos, jovens e adultos, cada um destes com seu voluntariado correspondente. Essa divisão por faixa etária fazia parte de um plano de trabalho previamente estabelecido, até que gradativamente tivessem condições para implantar

naquele bairro uma escola profissionalizante, objetivo final desse grupo, uma obra social cujo pilar principal fosse a educação de crianças e adultos, Centro de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Cursos Profissionalizantes para jovens e adultos.

Com finalidade bem específica e definida, desde o primeiro contato com a comunidade declararam que vieram para somar esforços em um projeto de educação do *Homem de Bem*, buscando a formação do homem integral, máxima enfatizada na placa de identificação desse Centro pelas palavras de Kardec, como demonstram estas figuras.

Figura 9 – Centro Espírita Francisco Thiesen / Fundos



Foto de: Edilene Xavier Rocha Garcia / set / 2007.

Figura 10 – Centro Espírita Francisco Thiesen / Fundos



Foto de: Edilene Xavier Rocha Garcia/ set / 2007.

As pessoas ligadas ao projeto buscaram envolver a comunidade desde o primeiro momento, trabalhando na formação de voluntários entre seus membros adultos e jovens.

Figura 11 – Centro Espírita Francisco Thiesen / Parque infantil.



Foto de: Edilene Xavier Rocha Garcia/ set / 2007.

Fundamentando-se em Congressos Espíritas voltados à educação, o Centro Espírita Francisco Thiesen salta, em 2007, de sessenta e oito para trezentas e cinquenta crianças matriculadas, e mais, atendem aproximadamente sessenta jovens com os quais executam, em parceria com o Ministério do Trabalho, o chamado Consórcio da Juventude.

Buscando parcerias com fundações como Petrobrás, Fundação Banco do Brasil, Finecel, Banco Itaú, projeto Criança Esperança, bem como, com a Prefeitura Municipal de Campo Grande, a Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência Social e Economia Solidária - SETASS e o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, seguem rumo ao objetivo principal, o educandário, no qual pretendem efetivar a educação do homem integral, a formação do homem de bem.

Atuando em todas as faixas etárias, pretende-se desenvolver simultaneamente a educação convencional e uma diferenciada, a educação do sentimento.

Figura 12 – Atividade lúdica em tarde de intenso calor.



Foto de: Edilene Xavier Rocha Garcia/ setembro / 2007.

Inspirados na obra de Léon Denis (1977) *O problema do Ser do Destino e da Dor*, advogam que a educação intelectual diferencia-se da educação do sentimento, importando acompanhar além do desenvolvimento físico, o desenvolvimento moral do ser humano, visando ainda trabalhar aquilo que na concepção espírita é prioridade: o ser que não morre.

Figura 13 – Sala de aula decorada com personagens espíritas



Foto de: Edilene Xavier Rocha Garcia/ setembro / 2007.

Em suas contundentes observações, Denis (1977, p. 9), considerado apóstolo do Espiritismo, define que o problema da criatura se resolveria com a educação do homem imortal. Para esse autor:

A educação que se dá às gerações é complicada; mas, não lhes esclarece o caminho da vida; não lhes dá a têmpera necessária para as lutas da existência. O ensino clássico pode guiar no cultivo, no ornamento da inteligência; não inspira, entretanto, a ação, o amor, a dedicação (DENIS, 1977, p. 10)

Figura 14 – Sala de aula decorada com valores espíritas



Foto de: Edilene Xavier Rocha Garcia/ setembro / 2007.

Assim advogam ser este o seu maior desafio: a construção de uma escola que privilegie a formação do cidadão do mundo, que trabalhe sob a óptica da saúde moral de homens e mulheres, cuja prática fundamente-se em valores morais e éticos. Acreditam ser essa a única forma que se tem para construir verdadeiramente um futuro melhor, um outro mundo.

Utilizam-se da proposta pedagógica espírita, desenvolvida pelo professor Ney Lobo, testada desde a década de 50, buscando contemplar valores religiosos na formação intelectual do ser humano, sem a preocupação de “construírem espíritas”, mas, o que chamam de *homem integral*.

Figura 15 - Presidente do Centro Espírita Francisco Thiesen e membros



Foto de: Edilene Xavier Rocha Garcia/setembro/2007.

2.3.3 Posto de Assistência: Associação Espírita Anália Franco

O Posto de Assistência é uma atividade social desenvolvida por voluntários. Essa Casa Espírita, localizada, à rua Alberto Albertini, 380 - Jardim Morada do Sol, região do Anhaduizinho, nasceu por meio de um Posto de Assistência em 1994, no Anália Franco denominado “Pedacinho do Céu”.

O Posto de Assistência Anália Franco foi consequência de um Posto inserido nas ruas do centro desta cidade, no qual assistiam crianças em situação de rua. Na ocasião, verificou-se que um grande número dessas crianças pertencia ao Bairro Los Angeles, composto também pelo Jardim Morada do Sol, o que levou esses trabalhadores a buscarem informações junto ao poder público.

Mapa 4 - Jardim Morada do Sol Associação Espírita Anália Franco



FONTE: <http://mapas.yahoo.maplink2.com.br>

Dados oficiais da então Secretaria Municipal da Criança e do Adolescente – SEMCA confirmaram o que já haviam detectado: o maior número de crianças em situação de rua do município de Campo Grande, pertencia ao Bairro Los Angeles. Esses voluntários decidiram, assim, implantar um trabalho naquele lugar.

Figura 16 – Associação Espírita Anália Franco Palestra com jovens



Foto de: Vitor Hugo / 2007.

Receberam a doação de terrenos para suas instalações, fato que corroborou com a decisão de estabelecerem, naquele bairro, este trabalho.

Relatou o Sr. Vitor Hugo, na época, membro de outra Casa Espírita, em um bairro distante dali, que recebeu a visita de um conhecido senhor que lhe disse: “Vitor, nós ganhamos dois terrenos e gostaríamos de doá-los pra vocês, já que estão realizando esse trabalho com ‘meninos de rua’”, e o Sr. Vitor perguntou: “Onde são esses terrenos?” Ele respondeu: “No bairro Los Angeles”. Sentiram então confirmação da espiritualidade para essa empreitada.

Atualmente, são atendidos cem jovens ligados ao Programa Meu Primeiro Emprego, cujo projeto foi premiado pela Fundação Banco do Brasil, e ainda está sendo implantada uma marcenaria cujos equipamentos foram doados por essa Fundação.

**Figura 17 – Associação Espírita Anália Franco
Convênio com Fundação Banco do Brasil**



Foto de: Vitor Hugo / 2007.

Essa Associação tem por objetivo contemplar toda a família, visto que a consideram a grande célula da sociedade, acreditam que, quanto mais fortalecidos estiverem os vínculos familiares, muito mais rápido atingirão aquilo que todos anseiam: uma sociedade mais igualitária, mais justa, mais fraterna.

**Figura 18 – Associação Espírita Anália Franco
Reunião com Famílias**



Foto de: Vitor Hugo / 2007.

Os trabalhos iniciais foram referentes à assistência às crianças. Hoje, o Anália Franco tem um Centro de Educação Infantil que atende sessenta crianças de zero a seis anos de idade, uma escola ainda pequena num universo como o bairro em questão.

Trabalham temas como educação moral e cívica por compreenderem que assim o fazendo, fomentarão a identidade nacional, fundamental para o desenvolvimento do Brasil.

**Figura 19 – Associação Espírita Anália Franco
Centro de Educação Infantil**



Foto de: Vitor Hugo / 2007.

**Figura 21 – Associação Espírita Anália Franco
Oficina profissionalizante**



Seus dirigentes vislumbram ainda um grande sonho para essa comunidade: um Pólo de Artesanato de sua Comunidade em Campo Grande. Inspirados na Vila Vargas, distrito artesanal próximo ao município de Dourados – MS, já trabalham na perspectiva de implantação de uma unidade semelhante.

Desejam que esse pólo seja construído próximo ao Museu José Antônio Pereira, por se tratar de um ponto turístico, que, nas análises do entrevistado, esse museu é ainda pouco aproveitado pelas agências de turismo.

Segundo informações do Sr. Vitor Hugo, presidente dessa Instituição, pode-se observar que atualmente o bairro apresenta significativas mudanças. Ele acredita que isto se deve ao conjunto de atividades desenvolvidas pelos poderes ali constituídos: Casa Espírita, Igreja Católica, Igrejas Evangélicas, outras denominações religiosas e o poder público.

3 POTENCIALIDADES DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Inicialmente, é importante esclarecer que a pesquisa de campo foi realizada no CEAC entre os meses de março a julho de 2007, e nos Postos de Assistência, nos meses de agosto e setembro. Por meio da coleta de dados identificamos a necessidade de conhecermos dois trabalhos considerados pelos entrevistados referência enquanto trabalho social com comunidades: os Postos de Assistência Centro Espírita Francisco Thiesen e a Associação Espírita Anália Franco.

As visitas a esses Postos de Assistência ocorreram apenas na etapa final desta pesquisa, por esse motivo, a fim de cumprirmos o cronograma estabelecido, entrevistamos apenas seus líderes.

Pela relevância dos elementos ali identificados, pretendemos dar continuidade a esta investigação quando da oportunidade de um doutorado.

A escolha do local para realização do trabalho de campo, deu-se mediante a aproximação desta pesquisadora com um dos membros do CEAC, que nos fez o convite para participar do Estudo Sistematizado da Doutrina Espírita, uma vez que percebia nosso interesse pelo tema.

A partir deste momento, passamos a freqüentar a instituição às sextas-feiras no Estudo Sistematizado e aos sábados na Campanha de Fraternidade Auta de Souza. Nosso interesse pela Campanha deu-se, pois, no contato com os membros do CEAC e percebemos que se tratava do trabalho de maior inter-relação com a comunidade no entorno.

Todos os entrevistados, ao serem inquiridos com mais profundidade a respeito da Campanha de Fraternidade Auta de Souza, forneceram-nos respostas que nos conduziam ao Sr. João Rosa e ao Sr. Vitor Hugo, tanto pelo conhecimento de ambos com relação à Doutrina e à Campanha, quanto pela maturidade em que se encontram os trabalhos por eles desenvolvidos, o que nos incentivou a conhecer os Postos de Assistência.

No decorrer da pesquisa de campo também vimos algumas reuniões públicas e as atividades de quinta-feira, Confecção de Enxovais, visando ao contato com os trabalhadores da Comunidade Espírita Amor e Caridade – CEAC.

Durante o período em que freqüentamos os trabalhos no CEAC sempre fomos muito bem recebidas, e todos demonstravam interesse em contribuir com esta pesquisa, em especial, o grupo que fazia parte do Estudo Sistematizado da Doutrina Espírita.

Os participantes da pesquisa perceberam que por meio desta dissertação, estaria a oportunidade para a desmistificação do espiritismo, além de divulgar sua filosofia de vida. Sempre houve disponibilidade por parte daquelas pessoas entrevistadas, nenhuma se recusou a prestar seu depoimento.

Quanto aos Postos de Assistência Francisco Thiesen e Anália Franco, nossa visita ocorreu no período em que finalizávamos a pesquisa de campo e, após conhecermos toda a dinâmica das atividades consideramos relevante por serem trabalhos citados em todas as entrevistas realizadas no CEAC, como mencionado, contudo, nosso cronograma não nos permitiu entrevistarmos os membros dos postos, apenas os seus presidentes.

3.1 METODOLOGIA UTILIZADA NO TRABALHO DE CAMPO

Para elaboração deste trabalho, foi feito um levantamento bibliográfico que pudesse oferecer suporte teórico sobre a temática a ser investigada.

Como instrumento de coleta de dados foram realizadas entrevistas semi-estruturadas visando obter informações contidas nas falas dos entrevistados. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas para análise.

Outro método de coleta de informações e análise utilizado foi a observação direta, pois o “estabelecimento de relações entre os fatos do dia-a-dia é que fornece os indícios para a solução dos problemas propostos pela ciência” (GIL, 2002, p. 35). O contato direto do observador com o fenômeno a ser observado possibilita captar detalhes ligados à realidade, não detectados nas entrevistas.

Dentre a gama de atividades desenvolvidas pelas instituições pesquisadas, escolheu-se observar as atividades: Estudo Sistematizado da Doutrina Espírita, Campanha Auta de Souza e Postos de Assistência Francisco Thiesen e Anália Franco. Assim, a cada dia da semana havia uma atividade diferente a ser observada.

Esta pesquisa possibilita gerar conhecimento para compreender questões relacionadas ao tema, para fomentar o empoderamento individual e coletivo por meio dos elementos religiosos e subsidiar as ações da Assistência Social no contexto local.

O estudo não ofereceu riscos significativos aos participantes, na medida em que todos tiveram o direito de participar, ou não, das entrevistas. Foi feita uma análise qualitativa de todos os dados obtidos nas coletas de informações, em consonância com os objetivos desta pesquisa.

O contingente populacional entrevistado foi o de trabalhadores da Casa, membros do grupo de Estudo Sistematizado da Doutrina Espírita, trabalhadores e coordenador da Campanha de Fraternidade Auta de Souza e

os líderes dos Postos de Assistência. O período de coleta de dados foi de março a setembro de 2007.

Procurou-se investigar os motivos que levaram os entrevistados a procurarem essas instituições religiosas, sua inserção na instituição, percepção de mudança na sua vida após passar a frequentar a Casa Espírita, a relevância dessa participação na sua vida e o apoio que recebe da instituição.

Para a análise dos dados buscou-se identificar nas entrevistas alguns pontos-chaves do Desenvolvimento Local, como: capital social, confiança, sentimento de pertença, solidariedade entre outros.

A análise final procurou estabelecer articulações entre os dados coletados e o referencial teórico presente na pesquisa, promovendo assim, "relações entre o concreto e o abstrato, o geral e o particular, a teoria e a prática" (MINAYO, 1994, *apud* PIETRUKOWICZ, 2001), estabelecendo relação entre religiosidade, Desenvolvimento Local e Assistência Social.

3.2 O CENTRO ESPIRITA E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Os resultados aqui apresentados referem-se tanto às entrevistas, quanto à observação participante. Alguns fragmentos foram destacados das entrevistas, por serem considerados de fundamental importância para a aferição da relação entre a religiosidade espírita e o Desenvolvimento Local.

É essencial observar que o Centro Espírita é composto por dois eixos principais: o doutrinário que se configura pelo lado filosófico, científico e religioso da doutrina espírita e o social.

O primeiro é minuciosamente abordado e aprofundado por meio do Estudo Sistematizado da Doutrina Espírita, enquanto que o eixo social é aquele

que engloba todos os programas que envolvem o Centro, sendo também composto por dois pilares: a assistência e a promoção social.

No que tange à importância do Estudo Sistematizado da Doutrina Espírita, foram destacadas as seguintes declarações:

- *“quando nós chegamos lá, eu e minha filha, só tinha passe e palestra, não tinha estudo nem evangelização, então fomos convidadas para implantar a evangelização e o estudo da doutrina, para ampliar os trabalhos do Centro [...] inicialmente foi oferecido o estudo só para os trabalhadores, porque como que a gente ia ampliar os trabalhos sem o estudo? [...] aí a gente foi estruturando o trabalho [...]”.*
- *“a gente começou ir pra lá e sentiu a necessidade de um pouco mais de esclarecimento, de estudo, porque as pessoas faziam assim, sei lá, assim, sem estudo, sem preparo [...]”.*
- *“uma Casa Espírita assim não pode ser [...] tem que ter condições de esclarecer as pessoas que vão lá no Centro, e aí a Evangelização Infantil, tem a aula de Educação Mediúnica pras pessoas que trabalham na Casa [...] e o Estudo Sistematizado que é um apanhado da Doutrina né, pra gente conhecer a Doutrina como ela tem que ser”.*

Na busca por variáveis entre os elementos religiosos espíritas e o desenvolvimento local indagou-se quanto ao momento em que se dá a interação entre o Centro Espírita Amor e Caridade e a comunidade. Informou-se que as pessoas procuram pelo Centro basicamente por três motivos: quando têm algum tipo de dificuldade, por meio da Campanha Auta de Souza e por curiosidade. Nos dois primeiros casos, as pessoas permanecem nas Casas, entretanto, os que o fazem apenas por curiosidade dificilmente consolidam-se membros, pois estão apenas à procura do fenômeno e não da essência que é a reforma íntima.

Antes de o CEAC ser estruturado nos moldes da Federação Espírita Brasileira

- *“não deixava de atender ninguém e as pessoas gostavam muito, mas ele (Sr. Otávio, fundador do CEAC) atendia conforme ele podia, né, era a qualidade dele, e as pessoas iam mais, assim [...] até que quando a gente começou, que separou, né, o dia de Palestra, o dia de Passe, o dia de Trabalho, né, porque tem que ter o Trabalho Mediúnico pra ajudar as pessoas, então as pessoas que iam muito pra participar de tudo, até não foram mais porque não tiveram interesse de estudar, porque a gente se depara muito com isso, as pessoas ainda procuram o Centro por causa dos fenômenos, pra ver Espíritos, essas coisas assim [...]”*

Configura-se inclusive como a maior dificuldade, seguida do espaço físico ser insuficiente.

- *“falta de trabalhadores [...] eu atribuo isso ao amadurecimento espiritual das pessoas, porque eu sempre fui muito atarefada, mas eu entendi a necessidade da doutrina na minha vida, pro meu lar, então eu sempre procurei conciliar trabalho, lar e doutrina, religião, entendeu? Isso é uma questão de amadurecimento espiritual, porque às vezes a pessoa tem todo o tempo do mundo, arruma mais de não sei quantos obstáculos pra não ir, desculpas, é obstáculo dela mesmo”.*

Com referência ao eixo social, evoca-se descrever seus desmembramentos, assistência e promoção social.

A assistência é o atendimento às necessidades emergenciais que se apresentam, enquanto que a promoção é uma vertente em que se trabalha nas Casas Espíritas entrevistadas, que visa fomentar no indivíduo, assistido, o desejo de tornar-se um “agente multiplicador do bem que recebeu”. Muito bem demonstrado no relato a seguir:

- *“ora, sendo o princípio, que a pessoa entenda que o benefício da solidariedade é importante pra ela, ela então compreende que é importante que ela seja também um agente para facilitar o engrandecimento de outras pessoas, ela deseja participar também, ela*

recebeu, cresceu e agora quer também contribuir, ou dar sua cota de participação, ora, quando ela se sente, é, com esse intuito, com esse desejo de ajudar, ela passa a ser então um instrumento do bem”.

Assim, em um primeiro momento, os trabalhos são direcionados às pessoas em situação de risco pessoal e grupal e, após serem atendidas, e se sentirem mais fortalecidas, elas mesmas se envolvem com os trabalhos da Casa, dificilmente, segundo relatos, uma pessoa assistida não retorna à Casa para prestar algum trabalho voluntário.

É um trabalho assistencialista, que evolui para a promoção do indivíduo enquanto cidadão de direitos e responsabilidades sociais e é nessa fase que algumas passam a ingressar nas próprias fileiras daqueles que assistem.

Nas Casas Espíritas entrevistadas percebeu-se que não se veicula como objetivo que todos os assistidos permaneçam em seu rol de membros, pelo contrário, acreditam que o importante é que a pessoa se sinta bem na instituição religiosa de sua preferência, contudo, revelam o que verdadeiramente almejam: que elas pratiquem o bem material, moral e espiritual que aprenderam no período em que freqüentaram o Centro.

Há casos de Associações de Bairros que sofreram significativo crescimento depois de assistidas por atividades espíritas. Encontram, nesses casos, a oportunidade de expandirem seus ensinamentos às mais variadas entidades. Não se sentem detentores da verdade ou de melhor ideologia, acreditam sim que

- *“todos os caminhos levam a Deus, por meio da prática da caridade”.*
- *“sem caridade, eu não vou me aproximar de Deus. A caridade é o amor e doação. [...] é a materialização do amor [...] tem também a caridade moral que é a mais difícil, o perdão [...] paciência [...] ser tolerante, é caridade. Perdoar uma ofensa é caridade [...] é a prática dinâmica do amor, não aquele amor parado, aquela coisa estagnada [...]”*

Vale ressaltar que o processo evolutivo, amplamente difundido pelos espíritas, vai além do que uma volta à vida para expiação de pecados, antes, uma oportunidade concedida pela justiça e misericórdia divinas na qual a humanidade encontra ocasião favorável para submeter-se a uma *reforma interior*, conceito muito evidenciado no Estudo, nas entrevistas e na Campanha, pela nossa investigação, o aspecto mais importante na concepção espírita. Como enfatizado a seguir:

- *“fundamental, até porque ela (a doutrina espírita) coloca o indivíduo em harmonia consigo mesmo, entendeu, se eu estou em harmonia comigo mesmo, eu vou viver em harmonia com o meu próximo e com Deus. Então, isso aí pra sociedade, isso é tudo, se cada um cuidar bem de si, da sua reforma (íntima), nossa, o mundo seria outro. Pensasse assim, fizesse assim, cada um cuidando bem de si, cada um cuidando da sua reforma íntima, meu Deus, hoje a gente não teria mais tanta coisa, tanta tristeza, tanto sofrimento, tanta dor, tanta aflição que a gente vive e sem contar que ela (a doutrina espírita) enfatiza pra nós a caridade, a prática da caridade, quer dizer, não é meu modo de **ver** que me aproxima de Deus, é o meu modo de **ser** [...]”*

O grupo estudado tem na Campanha de Fraternidade Auta de Souza um eixo sociodoutrinário. Social porque visita os lares, arrecada donativos para as famílias vulnerabilizadas que freqüentam e/ou procuram o Centro, e doutrinário, porque no ato das visitas leva aos lares mensagens espíritas de consolo, carinho e paz. Muitos passam a freqüentar as Casas Espíritas após receberem essas visitas. Acreditam que a solidariedade se materializa na campanha

- *“faça que ele (o Brasil) se destaque não como a nação mais poderosa, mas a nação mais fraterna e justa, sabemos que as grandes transformações da humanidade se fizeram em todas as épocas, na doação pelos outros, nunca pela força [...]”*

Os Postos de Assistência são reconhecidos como uma atividade social. Os voluntários nessa atividade encontram uma maneira de atuarem na prevenção dos mais variados problemas, a cujo trabalho denominam promoção social. Verificou-se que as ações voltadas às crianças são consideradas atividades fundamentais, pois nos dois casos há Centro de Educação Infantil, atendendo crianças de zero a seis anos de idade.

Um dos entrevistados, com o relato a seguir, remete-nos a Putnam, em *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*, por encontrar na escola um instrumento de captação e potencialização do capital cívico.

- *“a gente acha que tem algumas coisas que foram deixadas e que são profundamente necessárias como a educação moral né, [...] eu particularmente, tive essa matéria na escola né, e sempre achei ela fundamental na minha existência e nós tamos tentando resgatar isso, [...] e logo, logo nós veremos aí, essa situação, e outro ponto é cívico, civismo, trabalhar né, poucas pessoas conhecem o hino nacional né, muitas pessoas nem sabem que existe o hino da bandeira né, então são pontos fundamentais que faz com que a gente ame o nosso país [...]”*
- *“Então hoje inspira nosso coração [...] a gente tem essa base na nossa escola de querer implantar, implantar esses programas que já estão acontecendo. Então, é, não seria diferente, dia 26 de agosto (aniversário desta cidade) nós estamos desfilando com a nossa escola também, é, no centro da cidade, por acreditar que isso é importantíssimo demais né, vamos estar lá desfilando e nossos pequeninos, né, nossas sementinhas”.*

Por meio do Programa da Família esses dirigentes buscam envolver todo o núcleo familiar em suas atividades, pois consideram que assim o fazendo estarão fortalecendo os vínculos familiares e atuando na prevenção à violência e à marginalidade.

Mencionam que a auto-estima é trabalhada em suas instituições por avaliarem ser esse um instrumento alavancador de empoderamento pessoal, isso posto, desenvolvem projetos em parceria com as três esferas de governo:

federal, estadual e municipal, como: Programa Meu Primeiro Emprego, Marcenaria, ASSEMA - Atendimento Socioassistencial em Meio Aberto, (popularmente denominado acompanhamento escolar), Alfabetização de Jovens e Adultos, e ainda com o Ministério do Trabalho e Instituições Bancárias.

Essas pessoas acreditam que Deus inspira homens e mulheres, quer por meio de religiões, quer pelos poderes públicos, a auxiliarem os demais. Segundo a concepção espírita, são espíritos mais evoluídos capazes de contribuir com os menos evoluídos, neste caso, a população assistida.

Particularmente, o Posto de Assistência Anália Franco inspirou-se em um trabalho desempenhado nas Casas Espíritas André Luiz, no município de São Paulo, chamado Mercatuto, conforme o relato a seguir:

- *“a gente achou muito interessante, porque eles recebem muitas doações e não sabiam o que fazer com essas doações, até que chegou um volume tal que [...] eles precisando de dinheiro [...] tiveram, um estalo [...] receberam tantos, tantos, tantos móveis que eles resolveram dar o acabamento a esses móveis e colocaram para venda, e aí, isso foi muito interessante porque eles não tinham mão-d- obra pra fazer isso, tamanha demanda de materiais, então e eles foram buscar na comunidade pessoas que não tinham qualificação em marcenaria ou, no caso, em madeira pra que pudessem, além de aprender uma nova qualificação, aprender uma nova profissão, restaurassem aquele material. E não é só isso, com a venda daquele material, aquela pessoa também ia receber uma participação; ora, na hora nos já sentimos que era um grande legado aquilo lá né, e é essa a nossa idéia do programa de marcenaria [...] é justamente tá contemplando o pai e a mãe, que não tenham digamos, que estejam cansados, pedreiros, serventes, tal, que eles possam então, aprender com um marceneiro que vai ser contratado, para ensinar a produzir bancos, cadeiras, tal, e principalmente, é, trabalhar o acabamento, com a restauração daquilo, daquela doação, e em seguida, é, ou seja, qualificados, e, eles podendo sair dali pós-curso,*

montando seu próprio programa né, de empreendedorismo [...] “

Com esse projeto almejam que a Associação Espírita Anália Franco seja auto-sustentável, como se pode observar pelo relato:

- *“passa a ser muito interessante pra instituição, porque o custo dela (da marcenaria) é zero, já que ela recebe por doação, ela não compra matéria-prima, ela ganha matéria-prima. Segundo ponto: qualifica a mão-de-obra, potencializa e devolve ao mercado; alguns ficam na instituição; terceiro ponto: põe à venda material recebido de graça, restaurado, a preço pequeno, irrisório, eu recebi de graça né, o suficiente pra manter a instituição, auxiliar aqueles que trabalharam e propiciar às pessoas que tenham poder aquisitivo pequeno, de ter aquilo que talvez não teriam condições [...]”*

Ao serem interrogados quanto a metodologia com a qual desenvolvem o Programa da Família, ressaltam que o objetivo da instituição é alcançar a família, pretendem agora estender suas atividades aos idosos, segundo o depoimento a seguir:

- *“nós contemplamos a criança, o jovem e o adulto, e agora nós tamos em parceria, estamos criando uma parceria com o Nelson Afonso, que é presidente do Conselho Municipal do Idoso, de Campo Grande, porque nós tamos é, querendo restaurar, vamos dizer assim, é, as pessoas que se encontram já na melhor idade, na 3ª idade né, e que se acham velhos, e aí a gente acredita piamente que isso é um estado mental, muito mais que corporal, já tem pessoas de sessenta, setenta anos fazendo faculdade, felizes né, e pegar essas pessoas e dar condições para que elas possam, de novo, levantar a sua auto-estima, e querer conquistar o seu espaço, e não imaginar que atingindo essa idade de cinqüenta, sessenta, setenta anos, elas tão renegadas dentro da casa, mas demonstrar que elas têm capacidade, e, no caso do artesanato, isso*

é muito fácil, porque ela vai precisar das mãos né, para aqueles que têm, se não tiver, usa a boca ou o pé, como existem pintores maravilhosos que fazem isso, mas o artesanato é muito bom nesse sentido, porque não precisa mexer em massa, não precisa carregar peso, não precisa . . . pode ser dentro de casa, na ocupação doméstica, ela reserva o momento pra tá podendo realizar isso, e a gente fica muito feliz hoje, de estarmos contemplando, como na tua pergunta inicial, o programa da família, quanto à criança, quanto ao jovem, quanto ao adulto, e também aquela da terceira idade.”

Solicitou-se aos entrevistados que relatassem uma história de transformação de vida. As respostas foram surpreendentes, como denota o seguinte depoimento:

- *“de transformação de vida? é, tive um aluno aqui, os ‘abençoados’ sempre foram meus alunos, porque eu também já dei aula, sempre foram para mim, e, ele era assim muito violento, agressivo, tinha perdido o pai há pouco tempo, a mãe tinha arrumado um padrasto pra ele e ele [...] já tinha seus sete anos, e ele estudou aqui por três anos, só que era aquele menino que você olhava e falava ‘ não vai dar nada aqui, vai ser difícil plantar alguma coisa’. É, ele ficou três anos aqui [...]. depois de um tempo ele sumiu, foi embora pra uma outra cidade, aí passou um menino grande, tia, tia, eu olhei assim pra cima, aí ele me cumprimentou e falou: ‘cê lembra de mim?’ Eu falei ‘Eu lembro’. Ele falou assim, ‘olha tia, graças a você hoje eu trabalho numa escola particular aqui de Campo Grande, é, na cantina. Se não fosse você, eu não sei o que teria acontecido comigo’. Tá um baita dum rapazão já, então assim, sempre que alguma das meninas (professoras) tá com um menino difícil e fala ‘ah, eu não sei mais o quê fazer’ falo ‘tenta daquele jeito, pode até não ter resultado agora, mas pro futuro ou pra outra existência tem”’.*

A reencarnação é de suma importância para os espíritas, pois crêem que, em algum momento, as sementes por eles plantadas, darão frutos. Então

dedicam seus esforços para o que, segundo eles, realmente tem importância, os bens imateriais.

- *“Porque você não tem uma visão é, imediatista, não é pra agora, tá sabendo que, vocês tão tentando, uma hora vai é, dá fruto, enfim, e assim, vai indo, vai fazendo, vai fazendo [...] então vocês conseguem dedicar maior parte do tempo pras coisas que interessam . . .*
- *“tem crianças que têm pais que chegam aqui e fala: esse bandido! [...] essa criatura que tá chamando de bandido tem 9, 10 anos, não é um bandido, é criança não é? E é filho dele não é? [...] Esse bandido não tem jeito! [...] Tem sim pai, tem sim, vamos trabalhar juntos, ele tem, puxa se tem, nós podemos reconstruir algumas coisas que nós não demos atenção no tempo devido [...] nós estamos dispostos a fazer isso juntos, depende só de você (pai) me ajudar um pouquinho, colabora com a gente, participa então, tenha essa preocupação de construir realmente um [...] não apenas de passar a criança de ano, dela chegar na faculdade [...]”*
- *“é muito fácil contar as sementes que tem uma maçã, mas nunca sabemos quantos maçãs existem em cada semente”.*

No caso do Posto de Assistência Francisco Thiesen, desde o primeiro contato, foi declarado à comunidade que estavam ali por um projeto: a construção de uma escola profissionalizante, uma obra social que oferecesse aquilo que consideram o principal, a educação.

Pretendiam implantar o atendimento educacional às crianças de zero a seis anos, o ensino fundamental, o ensino médio, cursos profissionalizantes para adultos, enfim, uma escola que fosse capaz de oferecer mais que informações, a formação do *homem integral*, do *homem de bem*.

- *“trabalhando todas as faixas etárias, desde a mais tenra idade e com o objetivo de trabalhar uma educação diferente, uma educação do sentimento, uma educação que, simultaneamente, a gente atinja todo o ser, tanto a educação convencional né, a educação aí, é, a educação*

vamos dizer é, a instrução né, aspecto instrução [...] realizando o acompanhamento do desenvolvimento físico da criatura e do desenvolvimento moral da criatura, trabalhar realmente o ser que não morre[...].

- *“Teve um educador chamado Léon Denis que em 1901 escreveu um livro ‘O Problema do Ser do Destino e da Dor’ [...] ele define que todo problema da criatura se resolveria com a educação, mas não a educação para o ser que morre, a educação do homem imortal, então faria dele realmente um ser humano na sua real concepção da palavra, um homem que tem sentimento, que faz o bem pelo bem, que trabalha independente dele ser um servente de pedreiro ou ele ser um cientista da Nasa, ele tem o mesmo sentimento ao semelhante, o mesmo amor ao semelhante, amor na sua exata concepção da palavra, então esse é o nosso desafio, é de construir realmente uma escola né, onde se possa construir um homem de bem, um cidadão do mundo, o homem do futuro né, e nós acreditamos que realmente dessa forma é a única forma que nós temos de construir realmente um futuro melhor, construir um outro mundo, vai ser realmente construindo o homem do amanhã né, construir realmente é, é, a criança de hoje é o homem de amanhã.*

Com a intenção de fazer com que a comunidade cultivasse um sentimento de pertença em relação àquele projeto, buscaram envolvê-la, trabalhando na formação de voluntários.

- *“nós participamos de um congresso a nível nacional, um congresso espírita voltado à formação de voluntários, que se chama CONCAFRAS e de lá nós fomos trazendo essas idéias, sempre buscando justamente essa construção, desse programa de trabalho junto com o envolvimento e o comprometimento dos nossos assistidos, vamos dizer assim, né, visando sempre assim, formar equipe de trabalhadores, de voluntários com o próprio assistido, fazendo com que ele já se, buscasse se envolver realmente com o trabalho né, buscasse envolver-se, comprometendo-se com os resultados [...] então nós, nós inclusive fomos*

impulsionados por eles (membros da comunidade) senhoras começavam a cobrar da gente: 'olha, por que que vocês , você ta falando que vocês vão fundar a escola, então vocês precisam de um terreno, então nós vamos atrás dos políticos buscar terreno' então a primeira iniciativa de buscar uma sede pra nós foi da própria comunidade, então foi muito interessante as senhoras que já participavam conosco foram atrás da presidente do bairro para que ela viesse e ela nos pegou pela mão e nos levou até o vereador 'olha, esse pessoal ta lá trabalhando lá junto com a gente pra comunidade e eles precisam de um terreno pra construir uma escola' e aí foi que nós fomos legalizar a instituição, então na verdade eles é que nos empurraram inicialmente”.

Utilizam-se da proposta pedagógica espírita desenvolvida por um educador, ainda vivo professor Ney Lobo, residente em Curitiba, atualmente com mais de 90 anos de idade. Esse programa pedagógico vem sendo testando desde a década de 50, e cada vez mais vem sendo aprimorado. Não pretendem estabelecer um rótulo religioso, não trabalham na perspectiva de construírem espíritas e sim *homens de bem*.

Segundo Alan Kardec, codificador da Doutrina Espírita, homem de bem é todo aquele que pratica o bem em toda a sua pureza, imbuído de amor, justiça e trabalho. Sociologicamente falando, pessoas capazes de estabelecerem laços de reciprocidade, confiança e solidariedade.

- *“se ele ta em cargo de autoridade, ele faz o melhor que pode praquela que tá abaixo dele, se ele tá na subalternidade, ele também procura construir o melhor possível pra quem tá acima, pra quem tá do seu lado, é, então é uma construção diferenciada [...]”*

Essa proposta pedagógica busca parceria com o que tem de mais moderno no mundo tecnológico, contudo, tem na construção do *homem integral* seu principal foco, asseveram que não basta ensinar, há que maximizar potencialidades de cada indivíduo, rumo a um mundo melhor.

- *“Mahatma Gandhi dizia que num, que educar não é ensinar ler e escrever, que ele se fosse educar, ele faria algo diferente, ele procuraria fazer o homem entender que ele, desde a fase infantil, que ele é um ser útil, que é um ser que pode construir o seu destino, oferecendo pra criança, desde a mais tenra idade a forma dele construir pequenas coisas, ele brincando de trabalhar, ele sendo útil pra que ele ao crescer, ele tomasse consciência de que ele era realmente algo maior”.*

Quando indagados sobre a diferenciação de instrução para educação do sentimento, citaram o caso do colombiano Juan Carlos Abadia, recluso na Penitenciária de Segurança Máxima nesta cidade,

- *“ele tem formação de Engenharia com pós-graduação nos Estados Unidos, e isso não bastou pra que ele fizesse o bem pra comunidade né, faltou alguma coisa, então é isso que nós buscamos, buscar primeiro as três coisas que a educação moderna prevê que é a inclusão, a permanência e sucesso [...] pra isso nós pretendemos trabalhar noções de amor ao próximo desde a mais tenra idade, então diariamente a criança trabalha a arte, brinca com a arte, né, desenvolve o sentimento, né, nós trabalhamos com um foco que é a **educação do sentimento!**”*

Verificou-se, durante as visitas ao Francisco Thiesen, a presença de alto-falantes em toda a instituição e, segundo entrevistas, as crianças estudam ao som de música clássica, pois além de relaxar instiga a inteligência.

A proposta pedagógica é composta por elementos religiosos espíritos como a meditação, a prece, a reflexão, e músicas religiosas, propiciando um ambiente harmônico no qual as crianças apreendem o conceito de construção da criatura interior.

Não obstante, inquiridos quanto a um suposto constrangimento que essa proposta poderia trazer às crianças, uma vez que somos um país predominantemente católico e ainda temos um crescimento considerável das igrejas evangélicas.

- *“Não se sentem constrangidas não, e elas são [...] e elas convivem com a nossa visão filosófica, isso é óbvio e se eu fosse padre, eu trabalharia aqui com as visões teológicas católicas, se eu fosse um pastor eu ia trabalhar a visão [...] porque o principal é nós nunca dizermos que ela, que ela (a doutrina espírita) é a única saída [...]”.*

Buscando a relação entre o CEAC, o Anália Franco e o Francisco Thiesen, responderam:

“Olha, a relação que um Centro tem com o outro é o mesmo objetivo”.

Ao identificar diferenças entre os Postos e o CEAC, quanto ao estágio em que se encontram os trabalhos em relação à comunidade no entorno, ressalta-se o que disse um dos membros do CEAC:

- *A gente pode estudar a doutrina, crescer com a doutrina em qualquer lugar.*

Dentro do movimento espírita existem várias alternativas para construir o que chamam de “mundo melhor”, no CEAC dedicam-se com afinco ao Estudo Sistematizado da Doutrina; no Anália Franco enfatizam o empreendedorismo pessoal e comunitário, enquanto que no Posto de Assistência Francisco Thiesen lançaram mão da proposta pedagógica do professor espírita Ney Lobo por acreditarem que importa à sociedade mais que a instrução: a educação dos sentimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa propôs o diálogo entre a Política Pública de Assistência Social, o Desenvolvimento Local e a Cultura Religiosa.

Mais que cumprir determinações acadêmicas, a autora pretende com esta dissertação dar voz às entidades espíritas analisadas.

Busca ainda, contribuir com a territorialização das ações da Política Pública de Assistência Social.

A autora exerce suas atividades profissionais na Coordenadoria de Apoio à Gestão da Política de Assistência Social vinculada à Secretaria Estadual de Trabalho, Assistência Social e Economia Solidária em MS - CAGP/SETASS, e até o presente momento o único trabalho publicado a esse respeito é a citada obra de Koga (2003), razão pela qual intitula-se a presente dissertação como “subsídios para a Política Pública de Assistência Social no contexto local”.

Assim sendo, esta pesquisa é aguardada por essa equipe estadual de planejamento a fim de fundamentar suas propostas de intervenção.

Pretende-se verificar se os elementos religiosos espíritas fomentam o empoderamento individual e da comunidade na qual estão inseridos, e se configuram relevantes à territorialização das ações da Assistência Social.

A pesquisa evidenciou que as comunidades espíritas são potencialmente canais de comunicação entre a Assistência Social e a comunidade.

Infere-se que outros estudos serão necessários para acompanhar o desenrolar das ações.

Foi possível identificar algumas diferenças entre os Centros Espíritas investigados, quanto ao estágio em que se encontram os trabalhos por eles desenvolvidos.

Essas diferenças, na avaliação da pesquisadora, estão relacionadas à razão pela qual os Centros Espíritas foram implantados. Este estudo permitiu vislumbrar que no ato de sua fundação houve motivações distintas entre os Centros pesquisados, fato relevante na análise do Desenvolvimento Local em uma determinada localidade.

No caso da Comunidade Espírita Amor e Caridade, o estímulo para sua fundação foi a necessidade de ampliar o espaço no qual as pessoas pudessem ser atendidas. Percebe-se que o CEAC vive um segundo momento que pode ser chamado de reestruturação, com esteio no Estudo Sistematizado da Doutrina Espírita.

No Posto de Assistência Anália Franco, foi o interesse em enfrentar uma situação de alto risco pessoal e comunitário num bairro com elevado índice de exclusão e violência social.

Já no Posto de Assistência Francisco Thiesen, a mola propulsora foi o desejo de implantar um educandário nos moldes da pedagogia espírita de Ney Lobo.

Ressalta-se que, em ambos os casos, o objetivo foi o mesmo: corroborar com a evolução e progresso individual e comunitário,

Na Comunidade Espírita Amor e Caridade verificou-se que o trabalho insere-se na perspectiva de alívio à angústia dos que a procuram, enquanto que nos Postos de Assistência, vislumbrou-se elementos de Desenvolvimento Local como confiança, solidariedade, sentimento de pertença, empreendedorismo e educação para o empoderamento pessoal e grupal.

Os dados aqui levantados apontam para a possibilidade de efetivação do DL nos Postos de Assistência Anália Franco e Francisco Thiesen, enquanto que no CEAC há necessidade de estudos futuros para tal aferição, considerando que a Comunidade Espírita Amor e Caridade encontra-se em fase de (re)estruturação.

O estudo demonstrou que essas comunidades religiosas configuram espaços facilitadores de diálogo entre a comunidade e a Política Pública de Assistência Social e que a cultura religiosa fomenta o empoderamento individual e coletivo.

Os aspectos aqui analisados mostram claramente que, para desenhar um crescimento sadio e sustentável, é imprescindível enfatizar o capital humano de uma comunidade, suas expressões culturais e potencializá-lo a fim de construir bases sólidas para o desenvolvimento dessa localidade.

Conclui-se que, a Política Pública de Assistência Social deve ter como foco a cultura local, motivando a inclusão social por intermédio de ações que fortaleçam a identidade comunitária, promovendo a auto-estima coletiva e individual em determinada comunidade.

Far-se-á necessário retomar esta investigação futuramente, pois o Sistema Único da Assistência Social - SUAS encontra-se ainda em fase de implantação e, espera-se que este estudo subsidie o planejamento de suas ações a fim de encontrar, nas comunidades religiosas estudadas, parceria no trabalho social com famílias.

REFERÊNCIAS

ABU-EL-HAJ, Jawdat. *A mobilização do capital social no Brasil: o caso da reforma sanitária do Ceará*. São Paulo: AnnaBlume, 1999.

ALVES, Rubem. *O enigma da religião*. 4 ed. Campinas: Papirus, 1988. 176 p.

_____. *O suspiro dos oprimidos*. São Paulo: Paulinas, 1987. 182 p.

ANDERY, Maria Amália et al. *Para compreender a Ciência*: Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; São Paulo: EDUC, 1988. 446 p.

ARENDT, Hannah. *O que é política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

ÁVILA, Vicente Fidelis de. *Cultura, desenvolvimento local, solidariedade e educação*. Campo Grande-MS: UCDB Conferência. Disponível no site: <http://www.ucdb.br/coloquio> . Acesso em 30 set 2005, 20h05min

_____. (coord. e resp. técnica). *Formação educacional em desenvolvimento local: relato de estudo em grupo e análise de conceitos*. Campo Grande: UCDB, 2001. 100p.

_____. *Pressupostos para formação educacional em desenvolvimento local*. Revista Internacional de Desenvolvimento Local - **Interações**. Campo Grande, v.1, nº. 1 set. 2000, p. 63-76.

_____. *Realimentando discussão sobre teoria de Desenvolvimento Local (DL)*.

ARAUJO, Maria Celina Soares D'. *Capital Social*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2003. 66 p. (Coleção Passo-a-Passo n.25)

BANDEIRA, Pedro Silveira. *Algumas hipóteses sobre as causas das diferenças regionais quanto ao capital social no Rio Grande do Sul*. In: CORREA, Sílvia Marcus de Souza [Org.]. *Capital Social e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

BAQUERO, Marcello. *Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma nova cultura política participativa no Brasil*. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em 10 de março de 2005

BARRETO, Margarita. *Turismo e legado cultural: As possibilidades do planejamento*. Campinas-SP: Papyrus, 2000. (Coleção Turismo).

BENOIST, Luc. *Signos, Símbolos e Mitos*. Belo Horizonte: Interlivros de Minas Gerais, 1977.

BERGER, Peter L. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. 5 ed. São Paulo: PAULUS, 2004. 194 p. (Coleção Sociologia e Religião).

BÍBLIA de Estudo de Genebra. São Paulo, Cultura Cristã e Sociedade Bíblica do Brasil, 1999.

BIRCK, Bruno Odélio. *O sagrado em Rudolf Otto*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993. 164 p. (Coleção Filosofia, 7)

BITOUN, J. *Oportunidades e limites da gestão municipal do território: reflexões a partir do caso do Recife*. In : CASTRO, I. E. et al. *Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois*. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1999, p.195-207.

BITTAR, Mariluce. *Da promoção à assistência social - Campo Grande na luta pela cidadania*. In: Campo Grande 100 anos de construção. Campo Grande: Matriz, 1999. 418 p.

BOISIER, S. *Sociedade del conocimiento, conocimiento social y gestión territorial*. Revista Internacional de Desenvolvimento Local - **Interações**. Campo Grande, v. 02, nº 03, p. 09-28, set-2001.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

_____. *Pierre Bourdieu entrevistado por Maria Andréa Loyola*. – Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

_____. *O poder simbólico*. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 1998.

_____. *Razões práticas sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papyrus, 1996.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil: 1988 - texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de n. 1, de 1992, a 32, de 2001, e pelas Emendas Constitucionais de Revisão de n. 1 a 6, de 1994, - 17. Ed. – Brasília: 405 p. – (Série textos básico, n. 25).

_____. Presidência da República. Lei Orgânica da Assistência Social, n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, publicada no DOU de 8 de dezembro de 1993.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência Social*, Brasília – DF, 2004.

_____. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS: Construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº 130, de 15 de julho de 2005.

CAJAZEIRAS, Francisco. *Elementos de teologia espírita*. 2. ed. Capivari: EME, 2002. 142 p.

CAMPANHA AUTA DE SOUZA. Disponível em www.concafras.com.br . Acesso em 23 de outubro de 2007 às 16hs 20min.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. *Gestão Social*. **Caderno**. São Paulo: Capacitação Solidária, 2003, p.7-46.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade - a era da informação: economia, sociedade e cultura*. Trad.Klauss Brandini Gerhardt. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 2. 530 p.

CASTILHO, M. A. BOURLEGAT, Cleonice Alexandre Le. *Lo sagrado en el cotexto de territorialidad*. **Revista Polis Chilena**, Chile, v. 3, n. 8, 2004.

CEDOC. História das benesses oficiais. Brasília: Correio Braziliense. Disponível em www2.correioweb.com.br. Acesso em 01 de março de 2003.

CINTRA, Rodrigo. *Cultura política e a consolidação da democracia*. Disponível em: http://www.consulado.org.br/Cultura_politica_e_a_consolidacao Acesso em 23 mai 2005, 18h02min.

CLAXTON, Marvyn. In: MARINHO, Marcelo. OLIVEIRA, Anelize Martins. *Comunidade quilombola de Furnas do Dionísio: manifestações culturais, turismo e desenvolvimento local*. Caderno Virtual de Turismo. Nº. 15 p.30-37, março 2005

COLEMAN, James. *Foundations of social theory*. In: KLIKSBURG, Bernardo. *Falácias e mitos do desenvolvimento social*. São Paulo: Cortez; Brasília-DF: UNESCO, 2001.

CORREA, Silvio M. de S. *Capital social e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

COUTO, Berenice Rojas. *O direito social e a Assistência Social na sociedade brasileira: uma equação possível?* São Paulo: Cortez, 2004. 198 p.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru-SP: EDUSC, 2002.

CULTURA política e cidadania: análise de pesquisa de opinião realizada pelo NOP. São Paulo: SP: Fundação Perseu Abramo. Disponível em: http://www.fpa.org.br/nop/cultura_politica/analise.htm. Acesso em: 23 mai de 2005, 18:15.

DEMO, Pedro. *Charme da exclusão social*. Campinas: Autores Associados, 1998.125 p. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).

DENIS, Léon. *O problema do ser, do destino e da dor*. 10 ed. Rio de Janeiro: FEB, 1977. 404 p.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 499 p.

ELIA, Silvio. *Sociolinguística*. Rio de Janeiro: Padrão, 1987.

ELIZALDE, Antonio. *Desarrollo a escala humana: conceptos y experiencias*. Revista Internacional de Desenvolvimento Local - **Interações**, Campo Grande, v.1, n. 1, p. 51-62, set 2000.

Espiritismo é o mesmo que Umbanda ou Candomblé? Disponível em <http://www.febnet.org.br> Acesso em 01 de novembro de 2007 as 07 h.

ESTEVÃO, Ana Maria R. *O que é serviço social*. São Paulo, v. 111. 1992

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. Porto Alegre: Globo, v. 1, 1976.

FUKUYAMA, Francis. *A grande ruptura: A Natureza Humana e a Reconstituição da Ordem Social*. RJ: Ed. Rocco, 2000.

_____. *Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade*. Trad. Alberto Lopes. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989. 324 p.

_____. *Nova luz sobre a Antropologia*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. 247 p.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: ATLAS, 2002. 175 p.

GOHN, Maria da Glória. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. São Paulo, Cortez Editora, 2001.

HAESBAERT, R. *Des-territorialização e identidade: a rede gaúchano Nordeste*. Niterói-RJ: EDUFF, 1997.

HERDER, Johann Gottfried (1987) *Ensaio sobre a Origem da Linguagem*. Lisboa: Edições Antígona. Tradução do original: Abhandlung Über den Ursprung der Sprache, 1772.

HERMET, Guy. *Cultura e desenvolvimento*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

HISTÓRIA DE CAMPO GRANDE. Disponível em <http://www.achetudoeregiao.com.br> . Acesso em 12 de setembro de 2007.

HOBBSBAWM, Eric J. (1998) *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Programa, Mito e Realidade. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra. Tradução do original: Nations and Nationalism since 1780 - Programme, myth, reality. Cambridge, 1990.

Iniciação ao conhecimento da doutrina espírita. 23 ed. Garça: EME, 2005. 16 p.

JENSEN. Tina Gudrun. *Discursos sobre as religiões afro-brasileiras - da desafricanização para a reafricanização*. Trad. Maria Filomena Mecabô. **Revista de Estudos da Religião**, São Paulo, n.1, ano 1, p. 1-21, 2001. Disponível em ano http://www.pucsp.br/rever/rv1_2001/t_jensen.htm. Acesso em 01 de novembro 2007 às 07hs 08 min.

JUNG, Carl G. *O Homem e Seus Símbolos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1964. 316 p.

KARDEC, Allan. *O evangelho segundo o Espiritismo*. 87 ed. Trad. Salvador Gentile. Araras: Instituto da Difusão Espírita, 1988. p.366

_____. *Obras póstumas*. Disponível no site: <http://www.espirito.org.br/index.asp/download>

KASHIMOTO, E. M.; MARINHO, M.; RUSSEFF, I. *Cultura, identidade e desenvolvimento local: conceitos e perspectivas para regiões em desenvolvimento*. Revista Internacional de Desenvolvimento Local - **Interações**. Campo Grande, v. 03, nº 04, p.35-42, mar.2002.

KIVITZ, Ed René *Quebrando Paradigmas*. São Paulo: Abba Press, 2002.

_____. *Vivendo com Propósito*. São Paulo: Mundo Cristão, 2003.

KLIKSBERG, Bernardo. *Capital social e cultura: chaves esquecidas do desenvolvimento*. Brasília-DF: Unesco, 2003.

_____. *Falácias e mitos do desenvolvimento social*. Trad. Sandra Trabuco Valenzuela. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001. 173 p.

KOGA, Dirce. *Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos*. São Paulo: Cortez, 2003. 299 p.

KOOGAN/HOUAISS. *Enciclopédia e dicionário ilustrado*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1993. 1644 p.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

LE BOURLEGAT, C. A. *Ordem local como força interna de desenvolvimento*. Revista Internacional de Desenvolvimento Local - **Interações**. Campo Grande, v. 01, nº. 01, p. 13-20, set-2000.

LIMA, H. F. Programa de Atenção Integral à Família (Paif) Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Disponível em: <http://www.mds.gov.br/programas>. Acesso em 02 novembro 2005.

MARQUES, Heitor Romero et alii. *Metodologia da pesquisa e do trabalho científico*. Campo Grande: UCDB, 2006. 127 p.

_____. *Representações sociais e desenvolvimento local*. In: MARQUES, Heitor Romero; RICCA, Domingos; FIGUEIREDO, Gilberto Porto de; MARTÍN, José Carpio. *Desenvolvimento local em Mato Grosso do Sul: reflexões e perspectivas*. 2. imp. Campo Grande-MS: UCDB, 2001.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. *Comentários à Lei Básica da Previdência Social*, Tomo II, 3. ed., São Paulo: LTR, 1995.

MARTÍN, José Carpio. *Por Mato Grosso do Sul: as escalas do desenvolvimento local* In: *Desenvolvimento local em Mato Grosso do Sul: reflexões e perspectivas* / Organizadores: Heitor Romero Marques, Domingos Ricca, Gilberto Porto de Figueiredo e José Carpio Martín. Campo Grande: UCDB, 2001.

_____. *Sobre la edad joven del Mato Grosso do Sul*. Entrevista. *Interações*, v. 01 nº. 01, p.79-81 set-2000.

MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. *Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas*. Revista Internacional de Desenvolvimento Local - **Interações**. Campo Grande, v. 3, n. 5, p. 51- 59, set. 2002.

MARTINS, Gabriela Isla Villar & MARTINS, Cid Isidoro Demarco. *Desenvolvimento Local: da teoria à prática*. In: Desenvolvimento local em Mato Grosso do Sul: reflexões e perspectivas / Organizadores: Heitor Romero Marques, Domingos Ricca, Gilberto Porto de Figueiredo e José Carpío Martín. Campo Grande: UCDB, 2001.

MESQUITA, Zilá. *Do território à consciência territorial*. In: MESQUITA, Zilá & BRANDÃO, Carlos R. (org.). *Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências*. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul: Ed. Universidade/UFRGS/UNISC, 1995, p.76-92.

MILANI, C. *Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil)*. Disponível em: <http://www.adm.ufba.br> Acesso em 29 novembro 2006, 20:35h.

MORAES, Jorge Luiz Amaral de. *Capital Social e desenvolvimento regional*. In: CORREA, Sílvia Marcus de Souza [Org.]. *Capital Social e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

MUNROE, M. *Em Busca da Liberdade – é hora de vencer!* Belo Horizonte:Atos, 2001. 269 p.

NEWTON, Kenneth. *Social capital and democracy*. In: KLIKSBURG, Bernardo. *Falácias e mitos do desenvolvimento social*. São Paulo: Cortez; Brasília-DF: UNESCO, 2001.

PALHANO JUNIOR, Lamartine. *Teologia Espírita: compêndio de teologia comparada (mosaica, cristã e espírita)*. Rio de Janeiro: CELD, 2004. 507 p.

PEREIRA. Helena B. C. MICHAELIS: pequeno dicionário espanhol-português, português-espanhol / Helena B. C. Pereira, Rena Singer - São Paulo: Companhia Melhoramnetos. 1996. (Dicionários Michaelis).

PEREIRA, Maria Inês Souza Bravo Potyara P. *Política social e democracia*. Rio de Janeiro: CORTEZ, 2001.

PIETRUKOWICZ, Marcia Cristina Leal Cypriano. *Apoio social e religião: uma forma de enfrentamento dos problemas de saúde*. Dissertação (Mestrado em saúde pública) - Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, 2001.

PINEDA, Mayra. *Desarrollo local el punto de vista de las mujeres de Malpaisillo, Nicaragua*. Entrevista. Interações, v.03, nº. 04, p.65-70, mar-2002.

PORTES, Alejandro. *Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. Sociologia*. [online]. set. 2000, no.33, p.133-158. Disponível em: <http://www.scielo.br> Acesso em 08 dez 2006, 16:47h.

PORTO. *Recuperar a dimensão política da cultura: nosso principal desafio. Pensar Iberoamérica*. Madri: Espanha, n. 7, set./dez., 2004.

PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

_____. *Para hacer que la democracia funcione*. Venezuela: Galac, 1994.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do poder*. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMPAZZO, Lino. *Antropologia, Religiões e Valores Cristãos*. São Paulo, Loyola, 1996.

ROCHA, Cecília. *Estudo sistematizado da doutrina espírita: programa fundamental*. Tomo I v.1. (Org) Área de estudo doutrinário da Federação Espírita Brasileira. Rio de Janeiro: FEB, 2007. 336 p.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org.) *Turismo e desenvolvimento local*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999 (Geografia: Teoria e Realidade)

RODRÍGUEZ, Carolina. *Língua, Nação e Nacionalismo: um Estudo sobre o Guarani no Paraguai*. Tese de doutorado defendida no IEL/UNICAMP em junho de 2000.

ROSENDAHL, Zeny. *Espaço e religião: uma abordagem geográfica*. Rio de Janeiro: UERJ, NEPEC, 1996. 89 p.

_____. *Território e territorialidade: uma perspectiva geográfica para o estudo da religião*. Disponível em: <http://www.comciencia.br> Acesso em 29 novembro 2006, 20:17h.

SANTOS, José Luiz dos. *O que é cultura*. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *O espaço do cidadão*. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1993.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000

_____. *Tratado de Simbólica*. São Paulo: LOGOS, v. VI, 1962. (Enciclopédia das Ciências Filosóficas e Sociais)

SCHONS, Selma Maria. *Assistência Social entre a ordem e a "des-ordem"*. São Paulo: Cortez, 1999. 321 p.

SEMPRINI, Andrea. *Multiculturalismo*. Bauru-SP: EDUSC, 1999. 177 p.

SILVA, F. M. da; ESTRADA, O. D. *Hino Nacional Brasileiro*. Disponível em: <http://www.leoclubes.com.br> Acesso em: 30.11.2004.

SILVEIRA, C. M.; REIS, L. da C. (orgs.). *Desenvolvimento Local, Dinâmicas e Estratégias*. Rede DLIS/RITS, 2001.

SOUZA MORAES, Sílvio Marcus de. *Migração e a (re)construção do capital social*. In: CORREA, Sílvio Marcus de Souza [Org.]. *Capital Social e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira et alii. *Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1998. 112 p.

_____. *Mínimos Sociais e Seguridade Social: uma revolução da consciência da cidadania*. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, Cortez, n. 55, 1997.

TOURNIER, Paul. *Mitos e Neuroses: desarmonia da vida moderna*. Viçosa-MG: Ultimato, 2002.

TUAN, Yi-Fu. *Geografia Humanística*. In: *Annals of the Association of American Geographers*, 66. Trad. Maria Helena de Queiroz. 1976 14 p.

TYLOR, Edward B. *La civilisation primitive*. In: CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru-SP: EDUSC, 2002. 255 p.

ULMANN, Reinholdo Aloysio. *Antropologia: o homem e a cultura*. Petrópolis: Vozes, 1991. 327 p.

VIANNA, Oliveira. *Instituições políticas brasileiras – Fundamentos sociais do Estado: direito público e cultura*. 3ª ed. Vol. 1. Rio de Janeiro: Record, 1974

YASBEK, Maria Carmelita. *Classes subalternas e assistência social*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999. 184 p.

ZAPATA, Tânia. *Estratégias de desenvolvimento local*. Disponível em <http://www.cati.sp.gov.br> Acesso em 07 dez 2006, 19h46min.

APÊNDICE

ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM MEMBROS DO CEAC - A

- 1- Conte-me como conheceu o CEAC: quando e por quê veio para esta Comunidade Religiosa?
- 2- Qual a importância do CEAC para a sua vida e para a vida da sua família?
- 3- Qual a importância do CEAC para este bairro?
- 4- Você exerce algum cargo no CEAC?
- 5- Fale-me sobre a Campanha “Auta de Souza”
- 6- Há alguma relação entre a Campanha “Auta de Souza” e os Postos de Assistência?
- 7- Existem famílias, frutos da Campanha “Auta de Souza”, freqüentando o CEAC?
- 8- Quais as dificuldades mais significativas que você percebe no desenvolvimento das atividades do CEAC?
- 9- Para você, qual é a importância da doutrina espírita para o indivíduo e para a sociedade?

ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM LIDERES DO CEAC - B

1. Conte-me como conheceu o CEAC: quando e por que veio para esta Comunidade Religiosa?
2. Qual a importância do CEAC para a sua vida e para a vida da sua família?
3. Qual a importância do CEAC para este bairro?
4. Você exerce algum cargo no CEAC?
5. Conte-me a história do surgimento da Comunidade Espírita Amor e Caridade:
6. Quais as dificuldades mais significativas que você percebe no desenvolvimento das atividades no CEAC?
7. Fale-me sobre a Campanha "Auta de Souza"
8. Fale-me sobre os Postos de Assistência
9. Para você, qual é a importância e qual é o objetivo da Doutrina Espírita para o indivíduo e para a sociedade?

**ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM LIDER DO POSTO DE ASSISTÊNCIA
CENTRO ESPIRITA FRANCISCO THIESEN - C**

1. Como surgiu o Centro Espírita Francisco Thiesen?
2. O que são Postos de Assistência?
3. Qual a relação entre Posto de Assistência e a Campanha Auta de Souza?
4. Que tipo de trabalho vocês desenvolvem neste Centro?
5. Que mudanças significativas já podem perceber neste Bairro?
6. Qual a maior dificuldade para o desempenho das atividades propostas?

**ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM LIDER DO POSTO DE ASSISTÊNCIA
ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA ANÁLIA FRANCO - D**

1. Como surgiu a Associação Espírita Anália Franco?
2. O que são Postos de Assistência?
3. Qual a relação entre Posto de Assistência e a Campanha Auta de Souza?
4. Que tipo de trabalho vocês desenvolvem?
5. Que mudanças significativas já podem perceber neste Bairro?
6. Qual a maior dificuldade para o desempenho das atividades propostas?